

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM  
COMÉRCIO EXTRIOR**

**AMÉLIA DOS SANTOS LUCAS**

**VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES  
COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA**

**CRICIÚMA  
2018**

**AMÉLIA DOS SANTOS LUCAS**

**VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES  
COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Administração com linha específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. (a). Thiago R. Fabris

**CRICIÚMA  
2018**

**AMÉLIA DOS SANTOS LUCAS**

**VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES  
COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA**

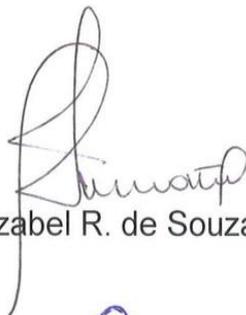
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Comércio Exterior.

Criciúma, 29 de Novembro de 2018

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Thiago R. Fabris - Mestre - (UNESC) - Orientador



Prof. Izabel R. de Souza - Mestre - (UNESC)



Prof. Júlio César Zilli - Mestre - (UNESC)

Dedico o presente trabalho aos meus queridos pais,  
Felgas Teófilo Lucas e Maria dos Santos Lucas

## AGRADECIMENTOS

Exponho minha estima e agradecimentos, as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização da minha formação e deste Trabalho.

Agradeço a Deus, pelo sustento que me proporcionou durante todo o processo.

Ao meu Orientador (a): Prof. (a). Thiago Fabris, pela orientação, paciência, disponibilidade durante os dias da realização deste trabalho, pelas opiniões e conhecimento que transmitiu.

Aos meus Pais, Felgas Teófilo Lucas, e Maria dos Santos, por serem exemplo de vida, e de coragem, por todo apoio e total ajuda.

A minha querida avó Adelaide António, bênção de Deus na minha vida.

Aos meus irmãos, Justa, Jerusalém, Miquéias e Luziane, pelo apoio, orações e incentivo e por suportarem a distância, e serem impedidos de desfrutar os melhores momentos da vida durante este tempo comigo.

Ao meu namorado, Alexandre Quinguri por ter caminhado ao meu lado nos últimos dias e pelo suporte prestado.

Aos meus amigos, Aguinaldo Veríssimo, Kieza Elizabeth, Leopoldina Claudete, Domingos Francisco, Simeão Gimo, e a todos outros que não mencionei, que de forma direta ou indireta auxiliaram na elaboração do presente trabalho, pelo incentivo e força que prestaram em momentos difíceis.

Agradeço a Universidade do Extremo sul Catarinense, aos professores, por concederem e facilitarem ter acesso a novos conhecimentos.

“Só se é curioso na proporção de quanto se é instruído.

- Jean Jacques Rousseau

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Síntese dos Estudos Empíricos Sobre o Modelo de Vantagem Comparativa Revelada.....	32
Tabela 2- Síntese dos Procedimentos Metodológicos.....	38
Tabela 3- Produtos Exportados do Brasil para Angola (Acumulado 2010/2017) .....	43
Tabela 4- Produtos Exportados de Angola para o Brasil (Acumulado 2010/2017) .....	45
Tabela 5- Índice de Vantagem Comparativa Revelada - Angola.....	48
Tabela 6- Índice de Vantagem Comparativa Revelada- Brasil .....	49

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Exportações do Brasil para Angola.....	40
Gráfico 2- Exportações de Angola para o Brasil.....	40
Gráfico 3- Evolução do Intercâmbio Comercial Bilateral Brasil - Angola 2010-2017 .....	41
Gráfico 4- Índice de Vantagem Comparativa Revelada - Angola .....	46
Gráfico 5- Índice de Vantagem Comparativa Revelada - Brasil .....	47

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACFI** – Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

**APEXBRASIL** – Agencia Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.

**BNA** – Banco Nacional de Angola.

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

**IVCR** – Índice de Vantagem Comparativa Revelada.

**MRE** – Ministério das Relações Exteriores.

**MDIC** – Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

**FMI** – Fundo Monetário Internacional.

**ZOPACAS** – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho, consiste em analisar as relações comerciais do Brasil com Angola, e verificar a existência de Vantagem Comparativa Revelada, em determinado produto de exportação angolana para o Brasil e do Brasil para Angola, no período de 2010 a 2017, através do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) de Balassa (1979), que é um indicador que permite determinar a vantagem comparativa dos setores em relação ao comércio entre os países. Durante este período houve intensificação nas relações comerciais entre os dois países, e o comércio entre ambos mostrou um crescimento significativo. A análise qualitativa dos 7 setores selecionados, mostrou que Angola possui vantagem comparativa revelada em apenas um setor de exportação em comparação ao Brasil, que apresentou vantagem comparativa revelada em cinco setores durante o período analisado, o que demonstrou que os produtos brasileiros desfrutam de maior competitividade e possuem um potencial de inserção no mercado angolano. Os dados para o cálculo deste índice foram coletados junto ao Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e no COMTRADE.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior. Vantagem Comparativa Revelada. Brasil. Angola.

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	SITUAÇÃO PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	<b>15</b>
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	<b>15</b>
1.3	JUSTIFICATIVA.....	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>17</b>
2.1	O MOVIMENTO DA ECONOMIA INTERNACIONAL.....	17
2.2	O COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	19
2.2.1	<b>Teoria Clássica do Comércio Internacional.</b> .....	<b>20</b>
2.2.2	<b>Teoria Neoclássica do Comércio Internacional</b> .....	<b>24</b>
2.2.3	<b>Novos Modelos Teóricos de Análise do Comércio Internacional</b> .....	<b>26</b>
2.3	ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O MODELO DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA. ....	28
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>34</b>
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	34
3.2	PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	35
3.3	SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	38
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>39</b>
4.1	EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL E ANGOLA .....	39
	.....	39
4.2	ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA.....	46
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>57</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O contexto internacional atual se caracteriza com uma forte intensificação da globalização e das novas tecnologias, com isso os países estão cada vez mais se inter-relacionando e aperfeiçoando as trocas de bens e serviços.

A internacionalização da economia permitiu aos países criarem relações comerciais, e dessa forma o comércio exterior se tornou de suma importância, pois permitiu aos países vender seu excedente de produção e disponibilizar ao seu mercado consumidor mercadorias e serviços que o mesmo não produz. Essa nova realidade tem conduzindo a uma maior dinâmica de negociações em âmbito mundial, tendo como objetivo a maior abertura das economias através de acordos preferenciais, regionais, sub-regionais e bilaterais (LOPES, 2007).

Levando em consideração este fato, merece destaque as relações entre Angola e Brasil, que nos últimos anos revestiram-se de significativa importância para Angola, uma vez que o país tem registrado melhorias consideráveis não apenas no plano político, mas também no econômico e comercial (RIBEIRO, 2009).

Angola é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente Africano, e as trocas comerciais entre ambos se constituem numa conjuntura que remete a relações sul-sul, fato que, abrangem as possibilidades brasileiras de pluralizar as suas relações com Angola e vice-versa, ultrapassando os aspectos econômicos e comerciais e se aproximando de um caráter mais multidimensional.

As relações entre Brasil e Angola tiveram início quando os primeiros africanos foram trazidos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Com a fundação de Luanda, em 1575, no âmbito das relações comerciais, nessa época, prevaleciam produtos como a cachaça e o tabaco brasileiro, trocados por escravos em Luanda e no interior angolano, (JOVETA, 2011).

Considerando que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência da República Popular de Angola em 1975, pode-se afirmar que este foi o marco para que as relações entre os dois países se intensificassem. Do ponto de vista diplomático, a instalação de uma representação especial em Luanda capital do país, antes mesmo da independência do país, retrata o interesse Brasileiro por Angola. Esse reconhecimento veio fortalecer a efetividade das relações bilaterais, que conheceram o auge, especialmente, nos termos de intercâmbio comercial, durante as

décadas de 1970 a 1990. Neste mesmo direcionamento com o objetivo de facilitar as relações comerciais entre os dois países, foram introduzidos os contratos de “Countertrades”, cujo objetivo era a troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros, (MONTE, 2009).

Para Cunha (1991) durante décadas após a independência de Angola, o caráter marcadamente político definia as relações entre Brasil e Angola que refletia de um lado, a crise geral do colonialismo e, de outro, a crise específica do sistema colonial português. Em termos econômicos, não houve, por parte do governo português, propostas que se traduzissem em ganhos ou vantagens comerciais reais para o Brasil em Angola. Houve, sim, acenos de possíveis vantagens comerciais em Angola. Mas estes acenos não se concretizaram. Até então, as trocas comerciais eram bastante reduzidas, sendo que as exportações chegavam, em média, a 1% do total exportado para a África e, até 1966, nada havia sido importado. Além do mais, é preciso lembrar que, enquanto economia primária exportadora, Angola concorria com alguns produtos brasileiros, principalmente o café, do qual era um dos principais produtores mundiais.

De forma não despretensiosa o Brasil começava a demonstrar seu interesse, como parte de sua estratégia para colocá-lo como a ponte entre os interesses do Sul e o Norte e garantiu sua inserção em Angola de forma privilegiada em relação aos outros países do continente Africano (CORRÊA; CASTRO, 2016).

Os autores acrescentam que, a partir de 2010 as relações entre Angola e Brasil passaram do pragmatismo iniciado em 1975 (relações diplomáticas) para uma parceria estratégica que consolidou a necessidade de uma aproximação Sul-Sul para reforçar a autonomia pela diversificação de parceiros que culminou na maior intensificação das relações comerciais entre ambos.

Entretanto, este estudo analisa tais relações identificando quais produtos possuem vantagens comparativas reveladas, durante o fluxo de comércio entre Brasil e Angola no período de 2010 a 2017. Com isso fez-se necessário traçar um panorama da evolução das exportações de ambos os países e analisar através do IVCR os produtos com maior peso.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Desde 2010 em que as relações entre Angola e Brasil passaram do pragmatismo iniciado em 1975 (relações diplomáticas) para uma parceria estratégica (CORRÊA; CASTRO, 2016), o ritmo de crescimento do fluxo de comércio entre os dois países foi mais intenso durante o período de referência (2010 a 2017).

Ainda em 2010, de acordo com Apex Brasil (2012) Angola foi o 39º mercado de destino das exportações brasileiras, e 3º principal destino na África. O Brasil já exporta mais para Angola do que para Austrália, Canadá e África do Sul.

As relações comerciais entre Brasil e Angola intensificaram-se após a formulação de políticas que garantiram a consolidação dos fluxos regulares de recursos energéticos e a exportação de serviços, como os de engenharia, que fluem positivamente para a formação da infraestrutura em Angola. Os dois Países são unidos pelas novas possibilidades que a cooperação na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) oferece para o desenvolvimento e bem-estar de seus povos. (JOVETA, 2011).

De acordo com os dados do ministério de desenvolvimento indústria e comércio exterior (MDIC, 2018) o comércio de bens entre Brasil e Angola, durante os anos de 2010 a 2012, cresceu de US\$449 milhões para US\$1,09 bilhões. As exportações brasileiras para o mercado angolano apresentaram um curso de crescimento contínuo, e houve um decréscimo somente a partir de 2015, as importações brasileiras provenientes de Angola apresentaram decréscimo durante todo o período. Olhando para a pauta brasileira, pode-se considerar que estes números refletem o dinamismo com que as relações comerciais entre os dois países se intensificaram ao longo desse período, colocando Angola como um dos principais parceiros do Brasil no Continente africano.

Durante o período em análise, foi constante a exportação/importação de vários bens, dos básicos aos industrializados. Entretanto, no período de crise internacional, as compras do Brasil e de Angola voltaram a cair drasticamente.

A partir da constatação destes fatos questiona-se: Quais os produtos possuem vantagem comparativa revelada em determinado produto de exportação no comércio de bens entre Brasil e Angola?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as relações comerciais entre Brasil e Angola, identificando os principais produtos que possuem vantagens comparativas reveladas.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Conceituar as principais teorias de comércio internacional;
- b. Definir as vantagens comparativas reveladas
- c. Mensurar o fluxo de comércio dos dois países no período de 2010 a 2017;
- d. Examinar com base no índice de vantagens reveladas os produtos com maior peso nas transações entre os dois países;

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Angola é um país prioritário e relevante para os negócios internacionais do Brasil, não só pelas demandas de serviços especializados e produtos, visto que ainda importa quase tudo o que consome, mas principalmente pelos laços culturais e idiomáticos, que unem esses países, o que facilita as relações e confere uma fácil acessibilidade ao Brasil no mercado angolano. Além das relações políticas existentes entre os dois países, a ampliação das relações comerciais tem ganhado um enfoque maior na pauta das prioridades de ambos, visto que várias são as empresas Brasileiras estabelecidas em solo Angolano tais como a Petrobrás, Odebrecht, Vale do Rio Doce, Embraer, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, que já atuam em Angola e pretendem aprofundar a parceria alcançando novos setores do País, tais como o agrícola e de construção naval (MRE, 2015). Portanto Angola é hoje um dos principais mercados de produtos brasileiros na África.

Por outro lado, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre Brasil e Angola, assinado pelos Ministros das Relações Exteriores no dia 1 de abril do ano de 2015, visa fomentar projetos de internacionalização, focados na

cooperação industrial, com vistas a diversificar o mercado e estimular exportações e promover a integração produtiva entre os dois países.

De acordo com Maia (1994), não é possível que cada nação seja autossuficiente para satisfazer todas as necessidades de seus mercados internos, a baixa produtividade, falta de matérias primas e demais fatores necessários a produção de determinados bens pode ser sanada por outras nações, com isso comprar ou vender para outros países constitui uma prática antiga.

Assim sendo, o interesse por este estudo constituiu-se pela intenção de analisar as relações comerciais entre Brasil e Angola, identificando nas exportações de ambos quais produtos possuem vantagens reveladas, através do IVCR no período de 2010/2017, visto que, durante neste período houve reaproximação nas relações entre os dois países e o fluxo de comércio entre ambos mostrou um crescimento significativo. Atendendo a escassa literatura relacionada ao problema de pesquisa que me propus a responder, o presente trabalho possui enquanto relevância acadêmica e social a finalidade de contribuir nos estudos voltados na área de comércio exterior e áreas a fins, indicando caminhos e aspectos que podem ser ampliados para outros estudos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conteúdo deste capítulo, observa além dos objetivos traçados, o aspecto da história e a evolução da economia internacional, identificando no curso histórico as principais teorias do comércio internacional e seus fundamentos, desde o conhecimento mercantilista, passando pelas teorias clássicas e neoclássicas, adicionalmente os novos modelos teóricos de análise do comércio internacional.

### 2.1 O MOVIMENTO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia Internacional representa um campo essencial da macroeconomia atual. Segundo Krugman e Obstfeld (2001, Pg.1):

O estudo do comércio Internacional e da Moeda sempre foi uma parte especialmente vigorosa e controversa da economia, pois muitas das observações básicas da análise econômica moderna surgiram inicialmente em debates nos séculos XVIII e XIX sobre o comércio Internacional e a política monetária. No entanto, o estudo da economia Internacional nunca foi tão importante quanto o é atualmente. Pelo comércio internacional de bens e serviços, e via fluxos monetários internacionais às economias dos diferentes países estão mais inter-relacionadas do que jamais estiveram anteriormente.

Maia (2001) expõe que, desde sempre o movimento da economia internacional foi marcado por distintas etapas, na antiguidade o comércio internacional pouco existia, uma das civilizações mais antigas que se conhece é a egípcia, o comércio exterior era inexpressivo e as importações e exportações se limitavam apenas a artigos de luxo. Na idade média (feudalismo), politicamente, significava enfraquecimento do poder central, isto é, do rei, e o fortalecimento do poder dos nobres. Economicamente, estabelecia uma dependência muito grande entre o nobre e o povo. Na era dos descobrimentos o comércio exterior cresceu como consequência natural da expansão geográfica do mundo, assim, o caminho para o Oriente passou a ser feito por navios em vez de caravanas.

Maia (2001), ainda acrescenta que o período mercantilista vai de 1500 a 1750, e a Europa já vivia o fim do Feudalismo e da Idade Média, e o regime corporativista perdia força e o comerciante individual estava em ascensão. No que tange ao Liberalismo, no fim do século XVIII, a Europa passou por transformações muito grandes, foi o que se chamou de I Revolução Industrial, as indústrias passaram

a trabalhar com máquinas que, para a época, eram muito eficientes, o crescimento da produção industrial estimulou as migrações dos camponeses para as cidades, agricultura teve um progresso técnico, o que tornou necessário menos trabalhadores rurais e os empresários passaram a ter mais força política.

Sob o mesmo ponto de vista Maia (2001), menciona que vários foram os eventos que ocorreram afetando a economia internacional, as guerras napoleônicas, a primeira grande guerra, novos inventos assim como o trem a vapor, nasceu a indústria automobilística, novas máquinas foram introduzidas nas fabricas, sistemas novos de trabalho, houve, portanto, a II Revolução Industrial. O sistema monetário vigente até 1914 era o Gold Exchange (padrão ouro), as moedas tinham lastro em ouro e eram conversíveis em ouro. Os Bancos Centrais de cada país trocavam moedas por ouro. Já em 1914, os países aliados reuniram-se em Bretton Woods para discutir medidas econômicas, fundamentais para a paz mundial. Na conferência de Bretton Woods estabeleceram-se normas e princípios, e era preciso então, criar órgãos executadores dessas normas e princípios, assim nasceu o Fundo Monetário Internacional (FMI) cujo objetivo foi para estabelecer estabilidade financeira e econômica do mundo. Assim, etapas ou fatores como estes e não só, marcaram e moldaram o movimento da economia internacional no decorrer da história.

Conforme Francisco Filho (1975), antes do Neolítico (período histórico que vai aproximadamente do X milênio a.C., com o início da sedentarização e surgimento da agricultura, ao III milênio a.C., dando lugar à Idade dos Metais) o homem aprendera a flutuar montado em troncos roliços. A institucionalização do comércio como meio de obtenção daqueles bens que não podiam ser obtidos dentro de cada economia local ou regional, levou ao desenvolvimento de rotas comerciais, estas rotas são, no início, predominantemente terrestres, seguindo os vales ou transpondo os passos das montanhas. Mas as dificuldades das rotas terrestres, assim como o facto de muitas vezes elas cortarem ou acompanharem rios ou lagos, levaram ao aperfeiçoamento da arte da navegação.

Para Hunt (1981), a expansão do comércio, particularmente do comércio de longa distância, levou ao estabelecimento de cidades industriais e comerciais para servir este comércio, o crescimento destas cidades, bem como o seu crescente controle por capitalistas comerciantes, provocou importantes mudanças, tanto na agricultura quanto na Indústria. Sistemas complexos de câmbio, compensação e

facilidades creditícias se desenvolveram nestes centros comerciais, e instrumentos modernos, como cartas de crédito tornaram-se de uso corrente. Novos sistemas de leis comerciais foram criados de forma a dinamizar ou regular o movimento do comércio internacional, dando lugar à economia internacional, tornando-se provavelmente o campo da teoria econômica mais diretamente associado à noção de limites geográficos. Como o próprio nome indica o objeto de estudo gira em torno das relações econômicas entre nações (BRAUMANN et al. 2015).

Segundo Caves et al (2001), atualmente a economia internacional está relacionada às outras áreas convencionais da economia e demais áreas de estudos não menos importante, fazendo da economia internacional um campo em constante mutação. A economia internacional, engloba as trocas representadas pelas exportações e importações, e nas prestações de serviços, movimentos de capitais, bem como as transferências unilaterais (MAIA, 1997).

Baumann et al. (2015) debruçam que, assim como o fato de que nem as pessoas nem os países possam ser considerados ilhas isoladas dá ao economista o material substantivo para analisar as relações econômicas de modo a levar em consideração o que ocorre fora das fronteiras do país em que se encontra.

## 2.2 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

A partir da segunda metade do século XVIII surgiram os debates sobre comércio internacional que influenciaram a teoria econômica moderna. Aspectos sobre o conhecimento do comércio internacional estavam vinculadas as concepções protecionistas mercantilistas que enxergavam o comércio internacional como uma competição em que para que para que alguns ganhem outros têm de perder e se baseavam pela oportunidade que ele oferecia de se obter um excedente na balança comercial a partir do acúmulo de metais preciosos, cujo objetivo era o superávit comercial que poderia ser atingido a qualquer custo. (COUTINHO et al. 2005, p. 101-103).

Cassano (2002) ressalta que a partir da segunda metade do século XVIII a doutrina mercantilista foi substituída pelo liberalismo econômico e pelo racionalismo”. O comércio com outros países, então, passa a ser tratado como a principal forma de um país obter impulso no seu crescimento econômico - outras

atividades externas, como o tráfico de escravos e a colonização de países para a exploração agrícola e mineral também possuíam destaque, mas em escala inferior à atividade comercial. O comércio internacional assumiu a primazia e passou a ser autonomizadas com os contributos de David Hume e do francês Adam Smith que desenvolveu a teoria que foi a base do comércio e que ficou reconhecida universalmente.

Portanto, as teorias do comércio Internacional, procuraram explicar o comércio internacional a partir de uma análise susceptível a partir da produtividade dos fatores de produção, onde o fluxo de comércio resultava destes fatores. Assim o comercio internacional é tratado como alternativa para que os países aproveitem melhor os seus fatores produtivos.

### **2.2.1 Teoria Clássica do Comércio Internacional.**

Adam Smith (1776), contrapondo as ideias mercantilistas, em a Riqueza das Nações desenvolveu a teoria das vantagens absolutas como a base do pensamento moderno econômico sobre o comercio internacional. Para ele a riqueza não consiste somente no dinheiro, no ouro e na prata, mas naquilo que o dinheiro pode comprar e no valor de compra que ele tem.

Que a riqueza consista no dinheiro, isto é, no ouro e na prata é uma ideia popular que deriva naturalmente da dupla função do dinheiro, como instrumento de comércio e como medida de valor. Pelo fato de ser instrumento de comércio, quando temos dinheiro temos maior facilidade de conseguir mais prontamente, do que por meio de qualquer outra mercadoria, tudo aquilo de que possamos ter necessidade (SMITH, 1776, p.406).

Para Smith (1776), o erro dos mercantilistas foi não perceber que as trocas devem beneficiar todos envolvidos na operação, sem que se registre necessariamente, um déficit para as duas nações envolvidas. Assim sendo a teoria da vantagem absoluta buscou explicar que a vantagem absoluta de um país na produção de um bem que resulta de uma maior produtividade, ou seja, da utilização de uma menor quantidade de insumo para produzir esse bem enfrentando menores custos.

Em sua tese, Smith explica que o comércio seria vantajoso sempre que houvesse diferenças de custos de produção de bens entre países e que nem sempre

é necessário que um País obtenha excedentes de comércio exterior para que as trocas internacionais sejam vantajosas, a vantagem absoluta passaria existir a partir da produtividade do trabalho, que está relacionada com a especialização, e o comércio se justificaria apenas quando fosse mais barato adquirir itens produzidos em outra economia. Como ele descreveu: Por vantagem ou ganho entendo não o aumento de ouro e prata, mas o aumento do valor de troca da produção o anual da terra e da mão-de-obra do País, ou seja, o aumento da renda anual de seus habitantes (SMITH, 1776).

A ideia fundamental de Smith mostra que cada País deve especializar-se na produção de bens que lhes confere vantagem absoluta, e que o excedente deve ser exportado, e a receita equivalente serem utilizados para importar bens necessários de outros países, dessa forma Smith procurou mostrar que aplicação da divisão do trabalho na área internacional, permitindo a especialização de produções, aliada as trocas entre as nações, contribuirá para a melhoria do bem-estar das populações (RATTI, 2006).

Oliveira (2007), argumenta que a relevância da contribuição de Smith com sua análise via custos absolutos, deixou muitas questões que permaneceram não respondidas. Tendo em vista a diferença entre as estruturas produtivas entre os países, seus graus de desenvolvimento distintos como poderia haver comércio internacional entre as nações, quando uma nação não tem vantagem absoluta de custos em todo o seu espectro produtivo em relação a seus parceiros comerciais? Como defender uma abertura comercial geral como meio de alcançar um maior bem-estar na sociedade, dada a existência, de tal complexidade e diversidade produtiva entre as nações? Para responder a tais questionamentos o princípio das vantagens absolutas foi deixado de lado.

Ricardo (1817), em sua visão aprimorou a teoria ao ampliar que as trocas internacionais seriam vantajosas mesmo que em uma situação em que um determinado País tivesse maior produtividade que o outro na produção de todas as mercadorias.

O autor elaborou o famoso exemplo no comércio de tecidos e vinhos da Inglaterra e Portugal. Nesta ilustração, Portugal necessitava de menos horas de trabalho-homens para produzir vinho e tecidos do que a Inglaterra. Mas em Portugal o custo de oportunidade para abrir mão da produção de uma unidade de vinho a fim

de produzir tecidos era maior do que especializar-se na produção de vinho e comprar os tecidos da Inglaterra. Na Inglaterra, o mesmo raciocínio funcionava de maneira simétrica: abrir mão de uma unidade de produção de tecidos era menos eficiente que especializar-se na produção de tecidos e comprar vinho de Portugal. Assim o comércio internacional estaria sob condições de livre concorrência e faria ambos os Países se especializarem na produção dos bens que tinham maiores vantagens comparativas e aumentaria o potencial de acumulação em ambos.

A ideia fundamental de Ricardo foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para os dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias, mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros (RATTI, 2006).

Em suma devem ser consideradas não as vantagens absolutas, mas as vantagens comparativas entre os países. Logo a ideia de Ricardo aponta uma direção para o Comércio Exterior.

Ribeiro (1982), argumenta que a teoria das vantagens comparativas de Ricardo foi à base para a construção de toda uma vertente de teorias de comércio internacional que dominou por muito tempo o debate econômico. O atraente esquema lógico Ricardiano fornecia o substrato para a defesa de um sistema de comércio mundial ancorado no padrão-ouro e no livre-cambismo. Se o sistema do padrão ouro recebeu abalo definitivo após a primeira guerra mundial, a teoria das vantagens comparativas ainda tinha muita formação entre os economistas da maioria dos países na entrada dos anos de 1950, quando se iniciava a etapa da rápida industrialização nos países subdesenvolvidos. E foi com ela que tiveram de dialogar com os defensores da industrialização quando se tratava de demonstrar que seus países necessitavam industrializar-se ainda que resultasse uma produção menos eficiente que a das indústrias congêneres dos países mais avançados.

Ratti (2006), explica que embora de grande utilidade a teoria das vantagens comparativas, apresenta uma limitação muito séria, pois estipulava que as relações de valor entre dois bens eram determinadas pelas quantidades de trabalho incorporadas na produção de cada um deles. Na realidade, há uma série de outros fatores de produção que também têm sua participação no processo produtivo (terra, matérias-primas, capitais, know-how, etc..). Todos esses fatores, portanto, devem ser considerados.

Em 1933, Gottfried Von Haberler procurou refinar a Teoria das vantagens Comparativas, introduzindo o conceito de custo de oportunidade, o qual permite considerar todos os fatores de produção e não apenas o fator trabalho. De acordo com essa teoria Haberler explica que um país tem vantagem comparativa em produzir uma mercadoria se o custo de oportunidade de produzir aquela mercadoria em termos de outra mercadoria é menor naquele País do que nos outros Países.

A teoria baseada na vantagem comparativa gerada pela disponibilidade relativa de fatores vem apresentando, muitas vezes, falhas ao tentar explicar os padrões de comércio. Os principais motivos são as características do comércio atual e a falta de realismo dos pressupostos desse modelo (COUTINHO, 2005).

Krugman e Obstfeld (2001, p. 13-39), apontam que o modelo Ricardiano do comércio internacional é extremamente útil para pensar nas razões da ocorrência do comércio e sobre os efeitos do comércio internacional sobre o bem-estar social nacional. Os autores apontam que os motivos dos erros das previsões implícitas do modelo são: 1) o modelo Ricardiano simples prevê um grau extremo de especialização que não se observa no mundo real. 2) O modelo Ricardiano assume efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda dentro dos países e, portanto, prevê que os países como um todo sempre ganharão por meio do comércio; na prática, o comércio internacional tem fortes efeitos sobre a distribuição de renda. 3) O modelo não permite papel algum para as diferenças de recursos entre países como uma causa do comércio, e, portanto, perde um aspecto importante do sistema comercial. 4) finalmente, o modelo ignora o possível papel das economias de escala como uma causa do comércio, o que torna impossível explicar os grandes fluxos comerciais entre as nações aparentemente similares. Apesar das falhas, no entanto, o prognóstico básico do modelo Ricardiano é que os países tenderiam a exportar os bens cuja produtividade é relativamente alta.

Krugman e Obstfeld (2001, p.97), acrescentam que, há três modelos diferentes de comércio internacional, cada um apresentando diferentes hipóteses sobre o que determina as possibilidades de produção, para destacar os pontos importantes, cada um desses modelos omite aspectos da realidade que outros enfatizam, estes modelos são:

- a) Modelo Ricardiano: Onde as possibilidades de produção são determinadas pela alocação de um único recurso, trabalho, entre os

setores. Esse modelo apresenta uma ideia essencial, a vantagem comparativa, mas não nos permite falar sobre a distribuição de renda;

- b) O modelo de fatores específicos: Expõe que, enquanto o trabalho pode deslocar-se livremente pelos setores, a fatores que são específicos de determinadas indústrias. Esse modelo é ideal para o entendimento da distribuição de renda, mas inadequado para discutir o padrão de comércio; e
- c) O modelo de Hecksher-Ohlin: Expõe que, múltiplos fatores de produção podem deslocar-se entre os setores. É mais difícil trabalhar com esse modelo do que com os dois primeiros, porém ele leva a um entendimento mais profundo de como os recursos podem direcionar os padrões do comércio.

### **2.2.2 Teoria Neoclássica do Comércio Internacional**

Desenvolvidas por dois economistas suecos, Eli Hecksher (1919) e Bertil Ohlin (1933), denominado como teorema de HECKSHER-OLIN, ou teoria das proporções dos fatores, diferencia-se do modelo Ricardiano, ao apresentar as vantagens comparativas a partir da produtividade do trabalho.

O modelo de HECKSHER-OLIN, mostra que a vantagem comparativa é influenciada pela interação entre os recursos das nações, e a tecnologia de produção. Ou seja, as vantagens comparativas são oriundas dos diferentes níveis de estoques relativos dos distintos fatores de produção, influenciando os custos de produção desses bens. As nações têm tecnologia equivalente, mas diferem na disponibilidade dos fatores de produção, como terra, recursos naturais, mão-de-obra e capital. Se a mão de obra fosse o único fator de produção, como o modelo Ricardiano considera, as vantagens comparativas poderiam surgir apenas por causa de diferenças internacionais da produtividade da mão-de-obra.

O modelo de HO expõe que, no mundo real, no entanto, embora as trocas sejam parcialmente explicadas por diferenças na produtividade de mão-de-obra, elas também refletem diferenças entre países. Uma visão realista das trocas permite

notarmos a importância não apenas da mão-de-obra, mas de outros fatores de produção, como terra, capital e recursos minerais.

**Hipótese do Modelo:** Determinada economia pode produzir dois bens: tecidos (medidos em metros) e alimentos (medidos em caloria). A produção desses bens requer dois insumos que tem suas ofertas limitadas: mão de obra e terra, por exemplo. A justificativa para a mudança em relação ao modelo Ricardiano é que, em uma economia de dois fatores, há algum espaço para a escolha no uso de insumos. Um agricultor, por exemplo, poderá produzir mais alimentos por alqueires se ele estiver disposto a utilizar mais do insumo mão de obra para preparar o solo, plantar e assim por diante. Assim o agricultor poderá fazer escolhas sobre a utilização de menos terra e mais mão de obra por unidade de produto. Qual escolha de insumos os produtores realmente farão?

Os autores argumentam que isso depende dos custos relativos da terra e da mão-de-obra. Se o aluguel da terra é maior e os salários mais baixos, os agricultores escolherão produzir utilizando relativamente pouca terra e muita mão-de-obra; se o aluguel da terra é baixo e os salários altos, eles irão poupar mão de obra e utilizar muita terra. Então a escolha de insumos vai depender da relação entre os preços dos fatores (salário por hora de trabalho e custo de um alqueire de terra). Há uma relação salário por hora de trabalho e custo de um alqueire de terra e a proporção terra/mão-de-obra na produção de tecidos. Para quaisquer preços dados dos fatores na produção na produção de alimentos será sempre utilizada uma maior proporção terra/mão-de-obra que na produção de tecidos. Quando isso é verdadeiro dizemos que a produção de alimentos é terra-intensiva, enquanto a produção de tecidos é trabalho intensivo. Vale destacar que a definição de intensidade depende da proporção terra/mão-de-obra utilizada na produção e não da proporção de terra ou mão-de-obra em relação ao produto, assim, um bem não pode ser ao mesmo tempo terra e trabalho intensivo. A teoria de Heckscher e Ohlin difere do modelo Ricardiano por distinguir o comércio internacional do comércio inter-regional e na identificação dos fatores que determinam a existência de vantagens comparativas.

Conforme Coutinho (2006) a conclusão do modelo de Heckscher-Ohlin é que países se especializarão na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa, exportando esses bens e importando outros cujos fatores produtivos intensivos sejam relativamente escassos em seu território.

### 2.2.3 Novos Modelos Teóricos de Análise do Comércio Internacional

Com as mudanças que o mundo vem passando desde as décadas passadas, no decorrer do tempo, novas abordagens sobre o comércio internacional vem surgindo com o objetivo de apresentar maior realidade e consistência nas abordagens clássicas e neoclássicas, e com o intuito de descrever o fenômeno das relações entre as nações.

Krugman (2001), apresentou um novo conceito sobre o comércio internacional, fundamentado na concorrência imperfeita e na questão da dinâmica de escala (quantidade produzida) na permuta de bens entre os países. Essa teoria explica que grande parte do comércio internacional é gerada entre países industrializados com similar acervo de recursos, o que soa contraditório com a teoria da vantagem comparativa de Hecksher-Ohlin.

O modelo de Krugman (2001), apresenta várias características em comum ao modelo de Hecksher-Ohlin, apesar das diferenças nos seus detalhes: 1) a capacidade produtiva de uma economia pode ser resumida por sua fronteira de possibilidades de produção, e as diferenças nessas fronteiras aumentam o comércio; 2) as possibilidades de produção determinam a curva da oferta relativa de um país; e 3) o equilíbrio mundial é determinado pela demanda relativa mundial e por uma curva de oferta relativa mundial que se situa entre as curvas de oferta relativa nacional. Para analisar os problemas do mundo real, é preferível lançar mão de todos os modelos ao mesmo tempo.

Krugman (2001, p.125) assinala que existem dois motivos pelos quais os países se especializam e comercializam. Primeiro é que os países são diferentes quanto aos seus recursos e quanto suas tecnologias e se especializam nas coisas que fazem relativamente bem; segundo as economias de escalas (ou rendimentos crescentes) tornam vantajoso para cada país especializar-se na produção de apenas uma variedade limitada de bens e serviços. Os mercados são perfeitamente competitivos, de modo que todos os lucros de monopólio estão sempre ausentes e quando existem rendimentos crescentes, no entanto, as grandes formas têm normalmente vantagem sobre as pequenas, de modo que os mercados tendem a ser

dominados por uma firma (monopólio) ou, mais frequentemente, por algumas firmas (oligopólio). Quando os rendimentos crescentes entram no cenário do comércio, os mercados se tornam normalmente concorrentes imperfeitos.

Para Krugman; Obstfeld (2001, p. 98-124) o modelo de vantagem comparativa apresentados anteriormente, baseavam-se na hipótese de rendimentos constantes de escala. Isto é, que os insumos de uma indústria se fossem dobrados, a produção daquela indústria iria também dobrar. Na prática, no entanto, muitas indústrias são caracterizadas por economias de escalas (também referidas como rendimentos crescentes), de modo que a produção é mais eficiente quanto maior for a escala na qual ela ocorre. Onde há economias de escala, dobrar os insumos de uma indústria irá mais que dobrar a produção da mesma.

De acordo com Krugman e Obstfeld (200, p.125-128), as economias de escala geram um incentivo ao comércio internacional, pois cada país vai especializar-se na produção de uma variedade limitada de produtos, o que possibilita produzir esses bens mais eficientemente do que se o país tentasse produzir tudo por si mesmo; essas economias especializadas comercializam entre si para que se possa consumir toda a variedade dos bens. Para analisar os efeitos das economias de escala sobre a estrutura de mercado, deve-se levar em conta o tipo de aumento de produção que é necessário para reduzir o custo médio. As economias de escala externas ocorrem quando o custo por unidade depende do tamanho da indústria, mas não necessariamente do tamanho de qualquer firma. As economias de escalas internas ocorrem quando o custo por unidade depende do tamanho de uma firma individual, mas não necessariamente de toda indústria. As economias de escalas externas e internas têm implicações diferentes para a estrutura das indústrias. Uma indústria em que a economias de escala são puramente externas (isto é, em que não existem vantagens para as empresas grandes) consistirá em várias firmas pequenas e será perfeitamente competitiva. As economias de escala internas, por sua vez geram uma vantagem de custos das grandes firmas sobre as pequenas e levam a uma estrutura de mercado imperfeitamente competitiva.

Entretanto o autor considera que as economias de escala internas e externas são causas importantes de comércio internacional, como elas têm diferentes implicações para a estrutura de mercado, é difícil discutir os dois tipos de economia de escala enquanto fundamentos para o comércio em um mesmo modelo.

Por causa destas características em comum, os modelos estudados podem ser vistos como casos especiais de um modelo mais geral, o qual descreveria uma economia mundial com comércio, há muitas questões importantes na economia internacional cuja análise pode ser conduzida em termos desse modelo geral, no qual somente os detalhes dependem do modelo especial que você escolher. Estas questões incluem: os efeitos de mudanças na oferta mundial resultantes do crescimento econômico; deslocamentos da demanda mundial resultantes de auxílio estrangeiro, preparações de guerra e outras transferências de renda internacionais, e deslocamentos simultâneos da oferta e da demanda resultantes de tarifas e subsídios às exportações.

### 2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O MODELO DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento de Vantagem Comparativa Revelada o estudo de Nonnenberg (1991), demonstra que o conceito de Vantagem Comparativa Revelada mede a competitividade internacional de um determinado produto ou setor da economia doméstica, o conceito de IVCR, fornece uma ordenação dos diversos produtos comercializados pelo País.

O trabalho procurou calcular o IVCR para a indústria brasileira de transformação entre 1980 e 1988 e avaliar sua possível relação com a intensidade de fatores e de recursos naturais, e examinar se as vantagens comparativas da economia Brasileira se baseiam em custos relativos de fatores e no uso de recursos naturais. A fórmula utilizada para o cálculo do IVCR foi a desenvolvida por Lafay (1990), definida a partir do comércio líquido por mercadorias.

Segundo o autor as análises se basearam na hipótese de várias mercadorias e dois fatores de produção. Uma das proposições apresentada por Nonnenberg neste campo é a de Jones (1956/57) que descreve que as mercadorias poderiam ser ordenadas de acordo com algum índice de VCR, formando assim uma cadeia de vantagens comparativas, com base na intensidade relativa de fator de produção abundante. O índice de VCR seria, de acordo com a proposição de Jones diretamente proporcional a intensidade relativa do fator, situação em que um bem

mais intensivo no fator abundante tivesse menor índice de VCR, ou seja, a cadeia não poderia ser rompida.

A partir dos resultados do estudo o autor concluiu que as vantagens comparativas estavam parcialmente baseadas em intensidade relativa de fatores, e que os produtos exportados eram em média mais intensivos em mão-de-obra do que a cesta média de produtos importados.

Bender (2006) argumenta que, o padrão de comércio de um país pode refletir as diferenças de competitividade, em termos de custos relativos e de fatores não-preço. A abordagem de "vantagem comparativa revelada" (VCR), proposta por Balassa, assumiu que o padrão de vantagens comparativas poderia ser observado a partir dos dados de comércio. Essa abordagem ("revelada") tem suas limitações, em princípio, vantagens comparativas são definidas em termos de preços autárquicos, variáveis não observáveis, enquanto que os dados de comércio utilizados refletem situações de pós-comércio. Disto resulta, por exemplo, que alterações nas VCR não conseguem distinguir melhorias na dotação de fatores e/ou de tecnologia dos efeitos provocados por políticas de comércio que distorçam os fluxos comerciais. No entanto, o cômputo dos índices de VCR apresenta uma transformação monotônica com relação aos preços autárquicos (pré-comércio) quando se efetuam comparações entre países.

Bender (2006) ainda diz que, de modo geral a alteração no índice de VCR é consistente com alterações na dotação relativa de recursos e de produtividade nos países. Em consequência disso, numa comparação entre países um maior índice de VCR indica, em geral, uma maior vantagem comparativa na exportação de determinada mercadoria. Há argumentos que apontam ser conveniente a utilização de índices de VCR, pois, a despeito de suas reconhecidas limitações teóricas, esses indicadores se constituem nas medidas disponíveis para inferir sobre o padrão específico de vantagens comparativas de um país e, por isso mesmo, têm sido largamente utilizados em trabalhos aplicados ao comércio.

Bender (2006), analisou o padrão de vantagens comparativas reveladas em 12 países das Américas no período de 1981 a 1999, utilizando a fórmula para o cálculo do IVCR proposto por Balassa (1977), a análise do padrão de vantagem comparativa por país mostrou o seguinte resultado: Nenhum país apresentou perda no número total de setores com VCR. Quase todos os países apresentaram

significativa melhoria no desempenho externo de suas economias, com aumento do grau de diversificação das exportações. Isto é, o número de setores com VCR ao final de período é maior ou no mínimo igual ao número total de setores com VCR no início do período.

De acordo com Kume e Pian (2004), o indicador de vantagem comparativa revelada reflete a capacidade competitiva em um dado momento do tempo (análise estática), não permitindo capturar eventuais mudanças que venham a ocorrer no grau de competitividade setorial do país (análise dinâmica).

Os autores utilizaram o IVCR, para analisar as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos no período 1999-2000. Com base nos resultados, se verificou, que os Estados Unidos são mais competitivos no mercado mundial que o Brasil, pois:

a) em média, têm um percentual de produtos com VCRs positivas de quase 30% (1.470 produtos), em comparação a 14% do Brasil (698 produtos); e

b) o número de seções em que os Estados Unidos detêm um percentual de VCRs negativas muito elevado (acima de 70%) 12 seções, no total de 20 é bem inferior ao do Brasil, 18 seções, sobre o mesmo total de seções.

Waquil, e Trapp (2004), analisaram as exportações agrícolas brasileiras considerando como destino a União Europeia, utilizando o mesmo índice para verificar se existiam ou não vantagens comparativas reveladas e identificar a orientação das exportações agrícolas. Os resultados indicaram competitividade das cadeias agroindustriais brasileiras diante dos demais países exportadores no mercado internacional. Os valores de VCR apontaram um nível de eficiência na produção e na comercialização maior do que demais países, e apesar das distorções nos mercados internacionais, os agregados dos produtos de maior destaque exibiam índices mais elevados. Entretanto aqueles que expressavam valores crescentes ao longo do período analisado foram os quais se caracterizaram com uma tendência de aumento na competitividade global.

Esses resultados podem ser comparados com o de Holland e Xavier (2005), que pesquisaram e analisaram o comportamento das exportações setoriais brasileiras a partir do IVCR no período de 1997 a 2001. Dentre os setores analisados, o sector agrícola apresentou competitividade e razoável participação no mercado

mundial e com vantagens comparativas reveladas, apresentando maior destaque na indústria agroalimentar.

A pesquisa de Silva (1981) utilizando a mesma metodologia, apresentou o estudo das vantagens Comparativas Reveladas para Indústria Transformadora Portuguesa e sua adesão a CEE.

Silva (1981) mostrou que o processo mais direto de conhecer o padrão de VC de um país é através da comparação dos custos de produção, a um nível bastante desagregado, com os de outros países. Porém uma vez que raramente existirá informações estatística suficiente detalhada e comparável, a maior parte dos estudos realizados baseiam-se na perspectiva de estudos de Vantagem Comparativa Revelada. Na prática, se utilizam medidas de VCR como meio de testar as hipóteses obtidas a partir de um modelo teórico ou como meio de selecionar o modelo com maior poder explicativo através de uma regressão múltipla.

Segundo o autor são diversas as maneiras de determinar as VCRs, dependendo da metodologia utilizada, e do objetivo de pesquisa, com isso convém utilizar os valores das exportações e das importações, afim de tomar em conta não só as diferenças de competitividade nos custos, como também o padrão de procura. Ambos os fatores são influenciados na determinação do padrão de especialização que o futuro membro irá adotar. A relação entre as exportações e as importações de um produto será dada pela sua balança comercial. Esta terá que ser normalizada por um indicador da dimensão do mercado comunitário um produto. O autor concluiu que as exportações portuguesas eram predominantemente constituídas por produtos intensivos em trabalho e recursos naturais, ao passo que as importações eram em capital e tecnologia-intensivas.

Entretanto, vários estudos empíricos foram feitos utilizando a metodologia do Índice de Vantagem Comparativa Revelada, reafirmando Nonnenberg (1991) ressalta que Balassa (1979), analisou 18 países industrializados e 18 países em desenvolvimento, correlacionando índices de VCR com a relação capital-Trabalho. Em seguida comparou esses resultados com algumas características dos países (investimento fixo, PNB *per capita* e dotações de capital físico e capital humano) Todas as regressões apresentaram resultados estatisticamente significantes, com relação elevada entre a estrutura de exportações e as diferenças em dotações de capital físico e humano.

Todavia, não há conhecimento de trabalhos na literatura que tratam especificamente sobre VCRs entre Brasil e Angola.

Tabela 1- Síntese dos Estudos Empíricos Sobre o Modelo de Vantagem Comparativa Revelada

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Variáveis estudadas</b>	<b>Resultados</b>
<b>Vantagens Comparativas Reveladas, Custo relativos de Fatores e Intensidade de recursos naturais; resultados para o Brasil: 1980/88</b>	Nonneberg	1991	Industria Brasileira de Transformação e sua possível relação com intensidade de fatores	As vantagens comparativas estavam parcialmente baseadas em intensidade relativa de fatores e os produtos exportados eram em média mais intensivos em mão-de-obra do que a cesta média de produtos importados
<b>Conflitos e Convergências na ALCA numa perspectiva de vantagem Comparativa Revelada de países das Américas</b>	Bender	2006	IVCRs de 12 Países das Américas	O número de setores com VCR ao final de período é maior ou no mínimo igual ao numero total de setores com VCR no início do período
<b>ALCA: uma estimativa do impacto no comércio bilateral Brasil Estados Unidos</b>	Kume e Pian	2004	Brasil e Estados Unidos	Os Estados Unidos são mais competitivos no mercado mundial que o Brasil, pois em média, têm um percentual de produtos com VCRs positivas de quase 30% em comparação com o Brasil
<b>Vantagens comparativas reveladas e Orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Europeia</b>	Walquil e Trapp	2004	Vantagens comparativas reveladas das exportações agrícolas brasileiras	Competitividade das cadeias agroindústrias brasileiras diante dos demais países exportadores no mercado internacional. Os valores de VCR apontam um nível de eficiência na produção e comercialização

---

<b>Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente</b>	Holland e Xavier	2004	Dinâmica setorial das exportações brasileiras	Dentre os setores analisados, o setor agrícola apresentou competitividade e razoável participação no mercado mundial com vantagens comparativas reveladas
<b>A indústria transformadora portuguesa e a adesão a CEE: um estudo das vantagens comparativas reveladas</b>	Silva	1981	Indústria transformadora portuguesa e sua adesão a CEE	As exportações portuguesas eram predominantemente constituídas por produtos intensivos em trabalho e recursos naturais, ao passo que as importações eram em capital e tecnologia

---

**Fonte:** Elaborado pelo Acadêmico.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Rudio (2007), o método é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, por fases ou etapas, e como a pesquisa tem por objetivo um problema a ser resolvido, o método serve de guia para o estudo sistemático o enunciado, compreensão e busca de solução do referido problema.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para Marconi et al. (2010, p.83), a pesquisa é um “procedimento formal, com métodos de pensamentos reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Atendendo a natureza de um trabalho de pesquisa, a construção do conhecimento pode ser feita mediante pesquisas exploratórias, descritivas ou explicativas (SANTOS, 2004).

A pesquisa está inserida em uma abordagem qualitativa, que conforme Michel (2015), as pesquisas qualitativas se propõem a colher e analisar dados descritivos obtidos diretamente da situação estudada. Elas caracterizam-se por um estudo analítico, não necessariamente estatístico, cujo propósito é identificar com maior grau de profundidade dados e informações não mensuráveis, sentimentos, sensações, percepções, pensamentos, intensões, comportamentos passados, expectativas futuras, experiências, vivências. Para motivos e significados de um grupo de pessoas em relação a uma questão especificamente determinada (PINHEIRO et al. 2005 p.125).

Quanto aos fins a pesquisa deste trabalho classificou-se como sendo descritiva, pois procura analisar as relações comerciais entre Brasil e Angola e a partir do índice de vantagem comparativa revelada identificar, se existe vantagem comparativa revelada em determinado produto de exportação angolana para o Brasil e do Brasil para Angola. Cervo et al. (2007, p.61) afirmam que “A pesquisa descritiva procura descobrir a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”.

Para realização da pesquisa, serão coletados dados por meio da pesquisa documental. Segundo Gil (2008, p. 45):

A pesquisa documental assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, apenas a que se considerar que os primeiros passos consistem na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão que receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações e outros. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, e outros.

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para verificar a efetividade de vantagem comparativa revelada foi utilizado o IVCR que revela a vantagem comparativa de algum produto angolano na pauta exportadora do Brasil e vice-versa.

Tendo como ponto de partida a teoria formulada por Ricardo (1817), Balassa (1965-1977), baseando-se na teoria das vantagens comparativas, apresentou em seu trabalho "*Trade Liberalisation and Revealed Comparative Advantage*" os conhecimentos acerca do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR).

O IVCR, também conhecido como Índice de Balassa (1977), é uma medida de comparação para dados de exportação de um determinado país. O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas mede a intensidade da especialização do comércio internacional de um país relativamente a uma região ou ao mundo. Este é um indicador da estrutura relativa das exportações de um país/região ao longo do tempo e utiliza o peso de um dado setor nas exportações mundiais para normalizar o peso das exportações desse mesmo setor para cada país/região. O índice de Balassa (1977) segue uma distribuição assimétrica com um limite inferior de 0 (zero) e um limite superior variável.

A ideia consiste em "revelar" os setores sólidos de um país através da análise das exportações reais. Para determinar se um país possui uma posição forte

em algum setor específico se faz necessário comparar a participação das exportações deste segmento com as exportações totais do país. Também, se compara com a participação das exportações deste segmento em um grupo de referência com o total das exportações do país (CAVALCANTI 2014). Sendo assim, o IVCR é essencialmente uma quota de exportação normalizada. Mais especificamente, o IVCR<sub>ji</sub> é o índice do produto j exportado pelo país i.

De acordo com Nonnenberg (1991) a ideia subjacente é que o comércio exterior de um país revela suas vantagens comparativas. Por considerar, na ocasião, que as importações eram muito afetadas por medidas protecionistas dos parceiros, Balassa (1977) preferiu definir um índice contendo apenas as exportações, assim Balassa definiu o índice de VCR por:

$$VCR_{ik} = \frac{X_{ik}}{X_i} / \frac{X_k}{X} \quad (1)$$

Onde:

$X_{ik}$  = exportações do produto k pelo país i

$X_k$  = exportações mundiais do produto k

$X_i$  = exportações totais do país i

$X$  = exportações mundiais totais.

Segundo o autor este índice relaciona as exportações do produto K pelo país i com as exportações totais do país i, as exportações mundiais do produto k e o total das exportações mundiais (normalmente restritas aos bens manufaturados), definindo-se  $N_{ik}$  como o nível de exportação do produto k pelo país i que prevaleceria numa situação “neutra”, isto é no caso em que as exportações mundiais do produto k fossem distribuídas entre os países de forma proporcional a participação dos mesmos nas exportações mundiais totais, tem-se que:

$$N_{ik} = \frac{X_k \cdot X}{X_i} \quad (2)$$

E, substituindo-se em (1), pode-se reescrever VCR como:

$$VCR_{ik} = \frac{X_{ik}}{N_{ik}} \quad (3)$$

O índice de Vantagens Comparativas de Balassa aparece, assim, como a relação entre as exportações efetivas e as exportações que ocorreriam numa situação “neutra”. Normalmente, o índice será diferente de um (1) o que significa que existem

fatores que afastam o país da situação de neutralidade. Seriam justamente esses os fatores responsáveis pela existência de vantagem comparativa (se  $VCR > 1$ ) ou desvantagem comparativa se ( $VCR < 1$ ). A construção de índices de Vantagens Comparativas Reveladas adquire particular interesse na medida em que possibilita a análise dos fatores explicativos do comércio externo de cada país.

Para este estudo, as exportações mundiais serão usadas como ponto de referência, onde:

$VCR_{ik}$  Índice de vantagem comparativa revelada de Angola.

$X_{ik}$  = exportações dos principais produtos de Angola para o Brasil.

$X_k$  = exportações mundiais dos principais produtos.

$X_i$  = exportações totais de Angola.

$X$  = exportações mundiais totais.

A análise será construída com dados de exportação dos principais setores, de acordo com a classificação por categorias econômica ampla (BEC), para o período de 2010 a 2017.

De acordo com Maia (2002), o IVCR é um dos métodos mais utilizados para análise de vantagens comparativas, uma vez que fornece um indicador da estrutura relativa das ações de determinado produto de um país ou região ao longo do tempo.

Os dados para realização do trabalho foram obtidos a partir de fontes secundárias, e analisados qualitativamente. Os principais dados coletados foram das exportações, de ambos os países, e das exportações mundiais, que foram coletados junto ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Banco Nacional de Angola (BNA), COMTRADE (base de dados das Nações Unidas que fornece dados relacionados à pauta de exportações dos países do mundo todo), FMI, e Banco Mundial. Devido a disponibilidade de dados, optou-se por utilizar os dados provenientes do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do COMTRADE.

Para coleta de informações e respectiva análise, Boaventura. (2004, p. 56-113), argumenta que:

A investigação qualitativa se caracteriza como fonte direta de dados no ambiente natural, constituindo-se o pesquisador como instrumento principal, em que os investigadores, interessando-se mais pelo processo do que pelos resultados examinam os dados de maneira indutiva e privilegiam o significado. As fontes secundárias, embora registradas e preparadas por aqueles que não estiveram presentes aos eventos durante a sua ocorrência, acrescem um conhecimento posterior para assistir o pesquisador na avaliação final do desempenho.

### 3.3 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para maior compreensão a tabela 2 apresenta a síntese dos procedimentos metodológicos para cada objetivo específico da pesquisa.

Tabela 2- Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Objetivos Específicos	Classificação	Fontes	Principais dados Coletados	Análise
<b>Conceituar as teorias do comércio Internacional</b>	Qualitativa Descritiva Documental	Livros Artigos Periódicos	Textos Resumos	Qualitativa
<b>Definir as vantagens Comparativas Reveladas</b>	Qualitativa Descritiva Documental	Livros Artigos periódicos	Textos Resumos	Qualitativa
<b>Mensurar o fluxo de comércio dos dois países entre os anos de 2010-2017</b>	Qualitativa Descritiva Documental	Dados obtidos no MDIC, COMTRADE, BNA, FMI	Dados de Exportação dos dois Países e Mundiais	Qualitativa Quantitativa
<b>Examinar com base no Índice de Vantagem Comparativa Revelada os produtos com maior peso nas transações entre os dois países</b>	Qualitativa Descritiva Documental	Dados Oficiais obtidos no MDIC, COMTRADE, BNA, FMI	Dados de Exportação dos dois Países e Mundiais	Qualitativa Quantitativa

Fonte: Elaborado pelo acadêmico.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após uma ampla revisão da literatura relacionadas ao comércio internacional, vantagens comparativas reveladas e o fluxo comercial entre o Brasil e Angola no período de 2010 a 2017, este capítulo, destina-se a análise dos dados coletados e os resultados obtidos nesta pesquisa. Para melhor compreensão a seção foi dividida em dois grupos: 1) abordagem sobre a evolução e a composição das exportações brasileira para Angola e vice-versa entre os anos de 2010, 2017; 2) apresentação e análise dos setores com maiores índices de VCRs para os dois países.

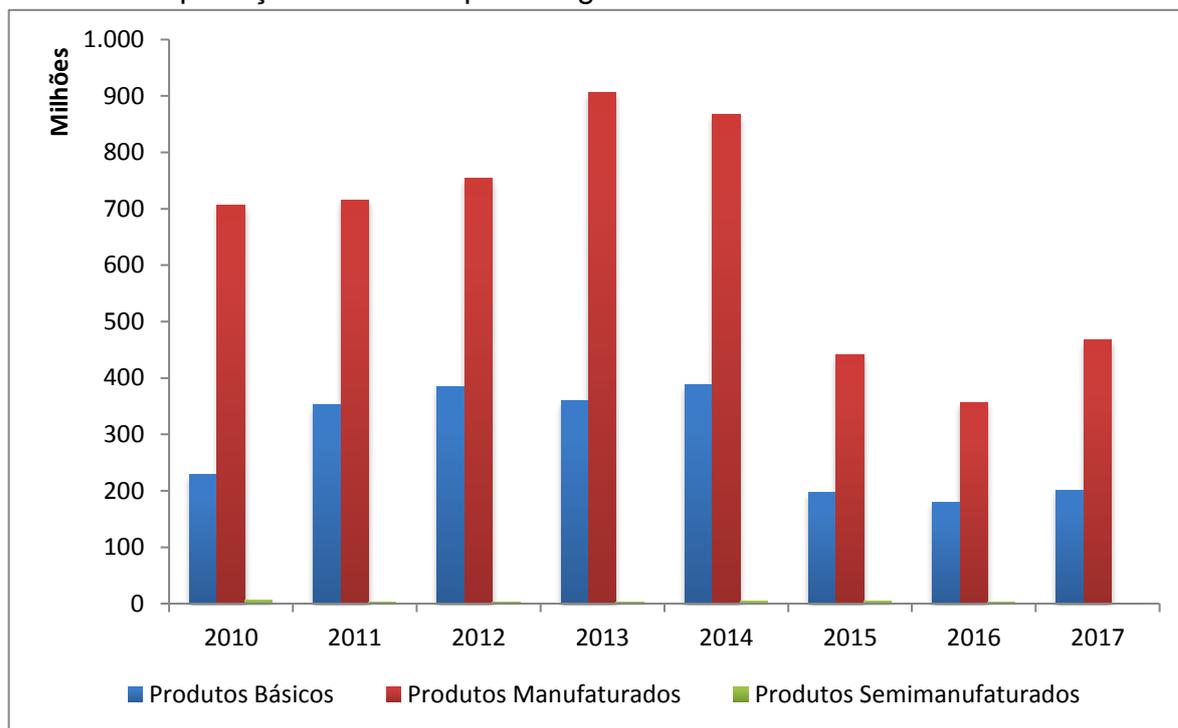
### 4.1 EVOLUÇÃO E COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL E ANGOLA

Segundo dados da OEC (2018), o Brasil posiciona-se na 24ª maior economia de exportação do mundo, enquanto que Angola está na 65ª categoria de maior exportador do mundo. As exportações brasileiras para Angola aumentaram significativamente em 5,69 bilhões no período que vai de 2010 a 2014 e o maior crescimento foi observado no período de 2011 a 2014 (4,74 bilhões) em três anos.

De 2010 a 2017 quanto à análise por categorias de produtos (os fatores agregados), é importante ressaltar que as exportações brasileiras para Angola indicaram a predominância de produtos manufaturados, representando cerca de 71,3% do total exportado, seguido pelos produtos básicos e em proporção menor pelos semimanufaturados.

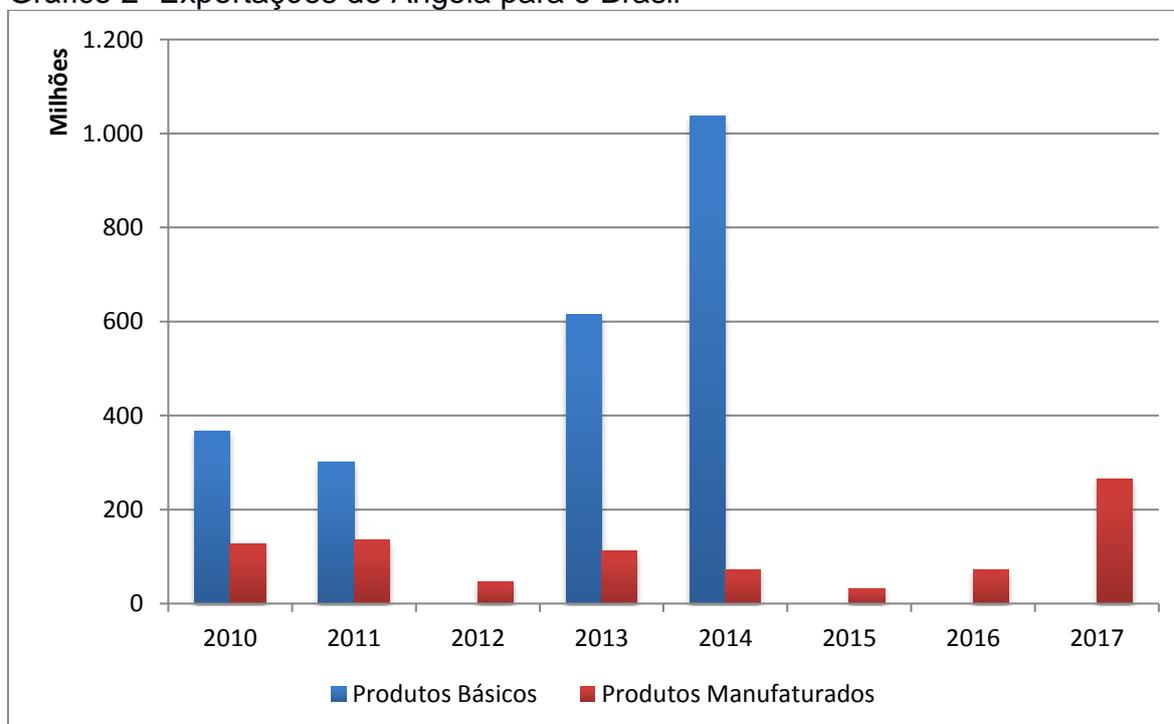
No que se refere às exportações angolanas para o Brasil, houve um acréscimo em 2014, onde os produtos básicos detiveram maior representatividade, somando 93,5% do total, seguido dos manufaturados com uma representatividade bem menor, ficando abaixo de 7% do total exportado, não houve exportação de produtos semimanufaturados para o Brasil no período analisado (Gráfico 1 e 2).

Gráfico 1- Exportações do Brasil para Angola



Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo Acadêmico

Gráfico 2- Exportações de Angola para o Brasil

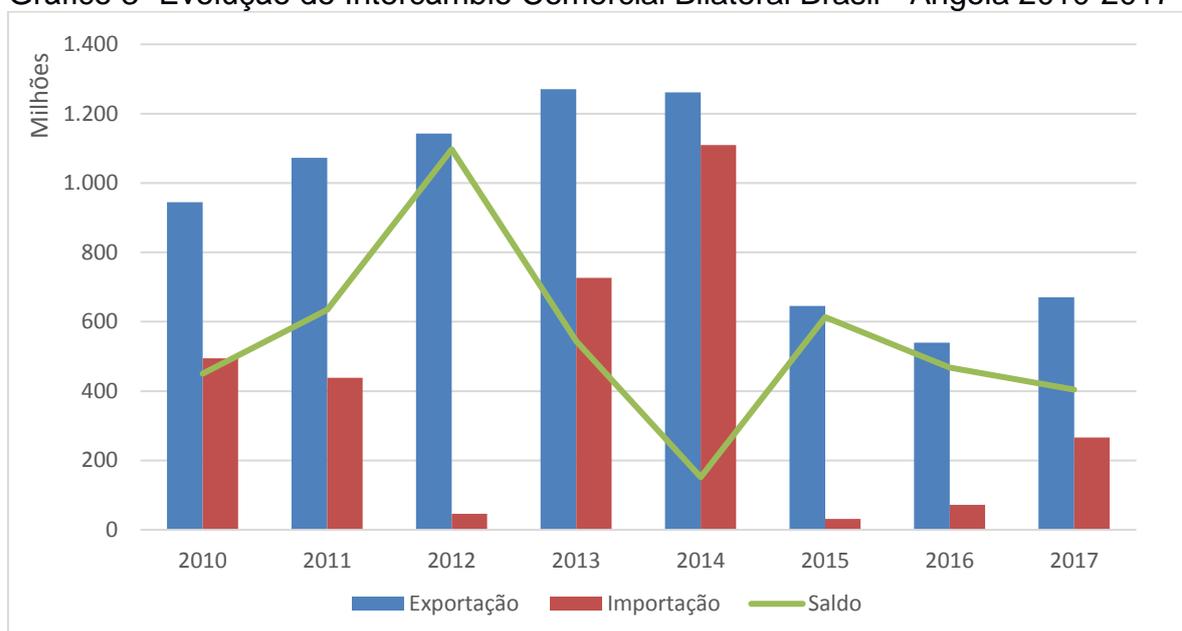


Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo Acadêmico

Em função à crise político-econômica mundial e que afetou os dois países, no período pós 2014, refletiu de forma negativa nas exportações de ambos e conseqüentemente em seus mercados internos. Os anos de 2015, 2016 e 2017 ficaram caracterizados por uma desaceleração comercial quando comparados com os anos anteriores.

Através do gráfico 3, é possível ainda perceber um crescimento gradual nas exportações do Brasil e suas importações, (que são exportações de Angola), portanto, a partir de 2014 o fluxo comercial passou a perder intensidade. A exportações brasileiras tiveram um recuo de praticamente 50%, caindo de pouco mais de 1.200 mil milhões para pouco mais 600 milhões de dólar em menos de um ano. Com relação a Angola, a queda nas exportações foi bem maior, o recuo chegou a atingir pouco mais de 90%, saindo de 1.500 milhões para pouco mais de um milhão em menos de um ano.

Gráfico 3- Evolução do Intercâmbio Comercial Bilateral Brasil - Angola 2010-2017



Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo Acadêmico

O saldo da balança comercial brasileira registrou quedas na medida que as exportações angolanas aumentavam, sendo este que chegou a atingir o seu valor mais baixo em 2014. No período analisado, em momento algum a balança comercial angolana foi superavitária. Apesar da balança comercial angolana ser deficitária no período analisado, percebe-se que existe uma ampla relação comercial entre ambos

os países, com certa vantagem para o Brasil por causa da pauta de exportações ser bastante diversificada.

Uma vez que Angola está em fase de desenvolvimento industrial, a importação excessiva de bens por parte do Brasil, se constitui num fator indispensável. Assim, em termos gerais, é possível observar que durante o período em análise (2010-2017), as exportações brasileiras para Angola, na grande maioria apresentou crescimento significativo em produtos manufaturados.

Portanto, fica evidente que os produtos oriundos do mercado angolano comercializados no Brasil ainda apresentam baixo valor agregado e se concentram em números reduzidos de bens, voltados mais para o segmento petrolífero, diferente dos produtos brasileiros, que apresentam um grande potencial de inserção no mercado angolano.

De acordo com a Apex Brasil (2012), em 2010, apenas dois segmentos, (Extração de petróleo e gás natural e o de Fabricação de produtos derivados do petróleo) passaram a dominar as vendas externas do país africano para a economia brasileira. O primeiro participava com 73,7% do total, ou um valor de US\$ 78 364,4 milhões, e o segundo, com uma parcela de 25,9%, representando um montante de US\$ 127,9 milhões. No conjunto, esses setores foram responsáveis por 99,6% das exportações angolanas para o Brasil.

Comparando com o estudo de Ribeiro (2009), onde analisou as relações dos principais parceiros comerciais (Angola, Nigéria e África do sul) do Brasil no continente africano, concluiu, que as exportações brasileiras para estes três países apresentaram predominância de produtos manufaturados, em relação as importações dos mesmos para o Brasil, que se concentraram no setor petrolífero.

A estrutura dos principais bens exportados do Brasil para Angola, se mantém inalterada de acordo com a tabela 5.

Verifica-se um grau de concentração relativamente elevado nos três primeiros grupos de produtos constituídos por alimentos e Bebidas primarias, processadas, em seguida Combustíveis e lubrificantes processados.

Tabela 3- Produtos Exportados do Brasil para Angola  
(Acumulado 2010/2017)

<b>Descrição dos produtos</b>	<b>Total de Exportação/US\$</b>
Alimentos e Bebidas	4.424.084.025
Alimentos e bebidas processados	4.351.948.113
Combustíveis e lubrificantes processados(excepto a aguardente de motores)	4.028.995.302
Fornecimentos Industriais não Especificados	1.044.514.537
Bens de Capital(excepto equipamento de transporte) e suas partes e acessórios	864.703.621
Fornecimentos industriais não especificados anteriormente transformados	849.506.456
Bens de consumo não especificados	727.542.780
Bens de capital(excepto equipamento de transporte)	626.190.060
Equipamentos de transportes , suas partes e acessórios	479.700.522
Equipamento de transporte, outros	365.618.040
Partes e acessórios de equipamentos de transporte	365.618.040
Alimentos e bebidas processados, principalmente para consumo domiciliar	322.946.831
Bens de consumo não fabricáveis, não duradouros	255.737.290
Partes e acessórios de bens de equipamentos(excepto equipamento de transporte)	238.513.561
Comidas e bebidas primárias principalmente para indústria	143.277.775
Fornecimentos industriais não especificados anteriormente	128.417.789
Bens de consumo não duráveis	111.644.958
Bens de consumo não duráveis, semi-duráveis	104.350.848
Alimentos e bebidas primárias	72.138.912
Alimentos e bebidas processados, principalmente para indústria	64.357.550
Bens de consumo	9.171.308
Alimentos e bebidas para uso primário, principalmente para consumo domiciliar	7.781.362
Combustíveis e Lubrificantes	6.743.164
Combustíveis e lubrificantes transformados	5.264.906
Equipamento de transporte não-industrial	1.742.533
Equipamento de transporte, outro industrial	547.461
Combustíveis e Lubrificantes Primários	234.701

**Fonte:** COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico

O segundo grupo dos produtos que se mostraram razoavelmente intenso durante este período, estão constituídos principalmente por fornecimentos industriais, bens de capital e equipamentos de transportes.

Por último, constata-se os restantes dos produtos que apresentaram baixa intensidade no fluxo de comércio. Portanto, os produtos que compõem as exportações

brasileiras para Angola mantiveram-se predominantemente em produtos manufaturados.

Ainda relativamente à composição das exportações brasileiras para Angola, é de salientar que os três primeiros grupos de produtos (alimentos e Bebidas primarias, processadas, em seguida Combustíveis e lubrificantes processados), possuem maior relevância.

Atendendo o processo de reconstrução que Angola vem passando, desde o estabelecimento da paz em 2002, as constantes importações destes bens (alimentos e Bebidas primarias, alimentos processados, combustíveis e lubrificantes processados) servem para o abastecimento do mercado angolano, o que faz do país um grande importador de produtos processados ou manufaturados.

Enquanto as exportações do Brasil para Angola se concentram em produtos da categoria de manufaturados, as exportações de Angola para o Brasil se concentram em combustíveis e lubrificantes primários.

Um ponto importante analisado na pauta das exportações angolanas é a alta do setor de combustíveis e lubrificantes, este resultado pode ser interpretado pelo fato do Brasil ser um potencial importador de combustíveis e seus derivados. O petróleo brasileiro é do tipo pesado, mais denso e difícil de refinar, o que leva as refinarias brasileiras a combinar o petróleo nacional com o importado de forma a proporcionar maior eficiência na refinação, gerando um produto final com maior qualidade. Além disso as dimensões continentais do Brasil fazem com que as importações deste produto passem a ser mais vantajosas. (TAKAR, 2018).

Embora as exportações de Angola se concentraram no setor de combustíveis e lubrificantes primários, os setores de bens de consumo, alimentos e bebidas primarias apresentaram um grau razoável de exportações para o Brasil durante o período analisado.

Quanto as exportações que englobam o setor de equipamentos de transportes, fornecimentos industriais e bens de capital, a pauta angolana apresentou uma leve exportação para o Brasil.

Em síntese, avaliando as exportações do Brasil e as exportações de Angola podemos perceber que existe limitação e concentração de produtos. Como observado por Monte (2009), os contratos de “Countertrades”, cujo objetivo era a troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros, nos permite observar

que a dinâmica ainda permanece, influenciando nas relações comerciais de ambos os países até os dias atuais. A tabela 4 apresenta a composição das exportações dos principais setores angolanos.

Tabela 4- Produtos Exportados de Angola para o Brasil (Acumulado 2010/2017)

<b>Descrição dos Produtos</b>	<b>Total de Exportação/US\$</b>
Combustíveis e Lubrificantes	3.180.009.872,00
Combustíveis e Lubrificantes Primarios	2.319.443.201,00
Combustíveis e lubrificantes transformados	860.566.671,00
Combustíveis e lubrificantes processados(excepto a aguardente de motores)	592.730.614,00
Bens de consumo	171.773.170,00
Alimentos e Bebidas	1.965.916,00
Alimentos e bebidas primarias	1.965.916,00
Comidas e bebidas primarias principalmente para industria	1.965.916,00
Equipamentos de transportes , suas partes e acessorios	1.874.667,00
Partes e acessorios de equipamentos de transporte	1.874.667,00
Fornecimentos Industriais não Especificados	492.118,00
Fornecimentos Industriais não especificados	349.248,00
Bens de Capital(excepto equipamento de transporte) e suas partes e acessorios	253.238,00
Partes e acessorios de bens de equipamentos(excepto equipamento de transporte)	166.845,00
Fornecimentos industriais não especificados anteriormente	142.870,00
Bens de capital(excepto equipamento de transporte)	86.393,00
Bens de consumo não especificados	61.315,00
Bens de consumo não fabricaveis, não duradouros	51.646,00
Bens de consumo não duraveis, semi-duraveis	7.706,00
Bens de consumo não duraveis	1.963,00

**Fonte:** COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico

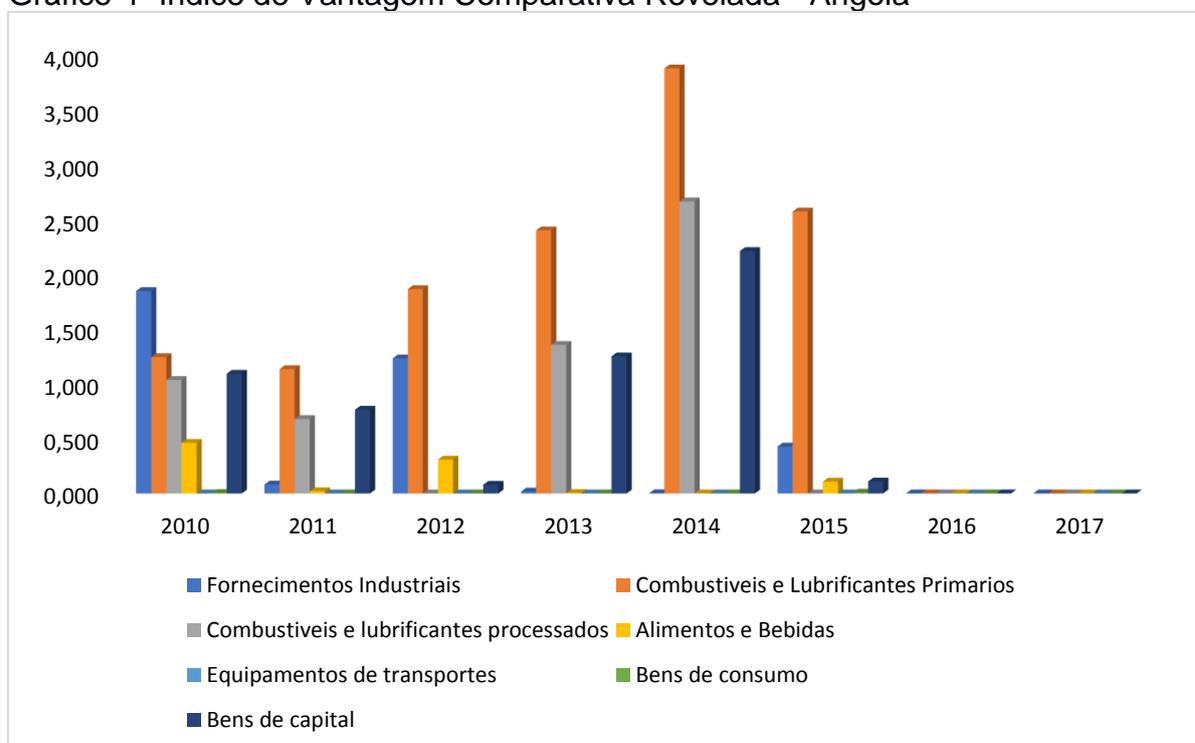
A partir da caracterização feita dos principais produtos exportados pelos dois países, observados nas Tabelas 3 e 4, de acordo com a classificação por categorias econômicas amplas (BEC), será selecionado os principais produtos para o cálculo e análise dos principais bens com vantagens comparativas reveladas.

## 4.2 ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA

Da metodologia aplicada, como abordado anteriormente, o IVCR, permitiu identificar os principais setores (produtos) em que ambos países possuem vantagem comparativa revelada de exportação, de acordo com a classificação por categorias econômicas amplas.

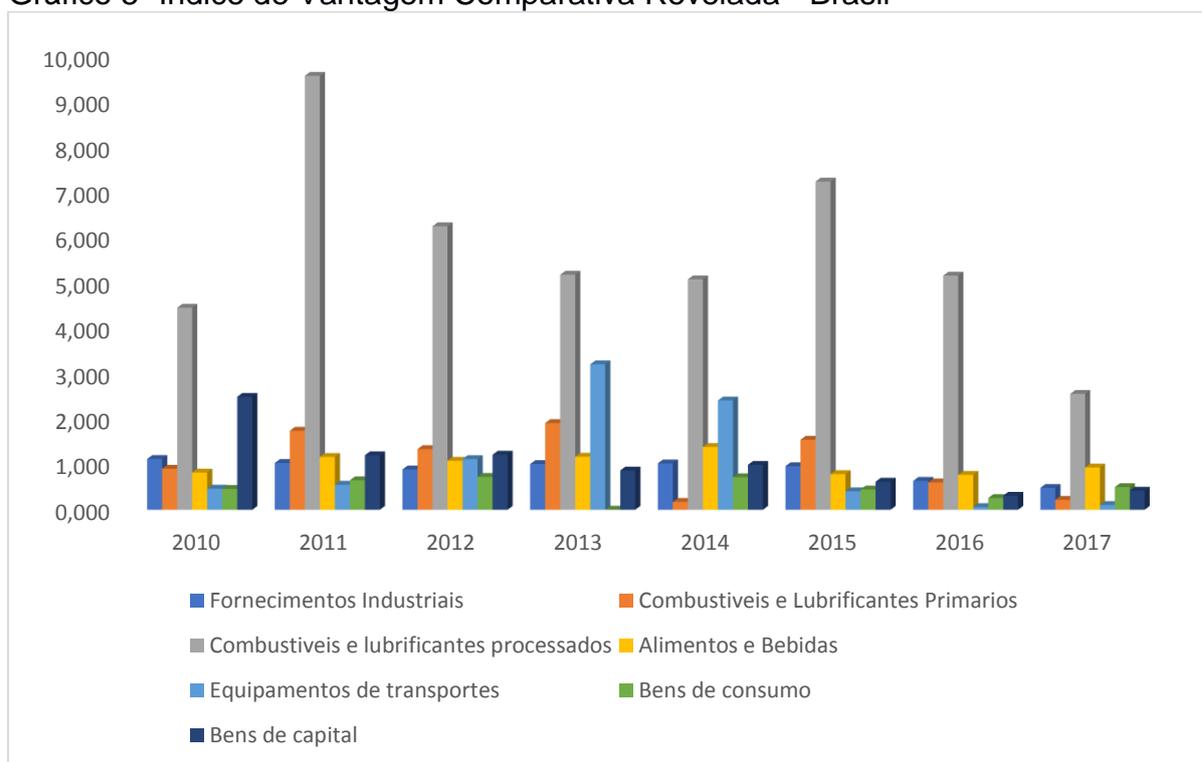
Os índices de VCRs calculados para Angola e para o Brasil estão representados a seguir. Considerando-se o período em análise, os índices calculados para o IVCR brasileiro, como previsto, apresentaram valores considerados altos quando comparados com os de Angola, os valores indicaram que os produtos brasileiros desfrutam de uma maior competitividade no mercado angolano e no mundo. Dos 7 setores analisados, Angola apresentou vantagem somente em 1 setor, e o Brasil, apresentou vantagem em 5 setores. Os gráficos 4 e 5, mostram a evolução destes setores, no início e no fim do período.

Gráfico 4- Índice de Vantagem Comparativa Revelada - Angola



Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo Acadêmico

Gráfico 5- Índice de Vantagem Comparativa Revelada - Brasil



Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo Acadêmico

Entre os produtos classificados com vantagem comparativa do lado angolano temos:

Combustíveis e lubrificantes primários, este setor se apresentou estável ao longo do tempo, apresentando altas e quedas pouco perceptíveis até 2014 e subsequentemente sua maior queda, chegando a representar 0.00 em 2016 e 2017 motivada por uma baixa nas exportações destes bens (combustíveis e lubrificantes primários) não só para o Brasil, mas para o resto do mundo também.

Em relação aos outros setores, Angola apresentou desvantagem, com exceção de um pequeno número de setores em alguns anos durante este período, motivada pela elevação das importações destes produtos por parte do Brasil.

O setor de fornecimentos industriais que teve alta em 2010(1,856) e 2012(1,241), o setor de combustíveis e lubrificantes processados que apresentou índices consideráveis em 2010 (1,043), 2013 (1,36), 2014 (2,673), o setor de bens de capital em 2010 (1,100), 2013 (1,260), 2014 (2,220).

Verifica-se, portanto, que no início do período os índices se apresentaram altos em relação ao final do período, isto pode estar relacionado ao fato de as exportações entre os dois países ter se intensificado no momento em que houve

reaproximação nas relações comerciais entre ambos. Nos anos subsequentes os índices representaram fortes variações negativas. Esse aspecto nos remete ao estudo realizado por Kume e Piani (2004), onde ressaltam que o indicador de vantagem comparativa revelada reflete a capacidade competitiva em um dado momento do tempo (análise estática), não permitindo capturar eventuais mudanças que venham a ocorrer no grau de competitividade setorial do país (análise dinâmica). A tabela 5, ilustra os setores com IVCRs positivas em relação aos setores com IVCRs negativas.

Tabela 5- Índice de Vantagem Comparativa Revelada - Angola

Anos	Fornecimentos Industriais	Combustíveis e Lubrificantes Primarios	Combustíveis e lubrificantes processados	Alimentos e Bebidas	Equipamentos de transportes	Bens de consumo	Bens de capital
2010	1,856	1,253	1,043	0,465	0,000	0,004	1,100
2011	0,082	1,143	0,684	0,020	0,000	0,000	0,770
2012	1,241	1,873	0,000	0,311	0,000	0,000	0,080
2013	0,017	2,408	1,365	0,004	0,000	0,000	1,260
2014	0,002	3,885	2,673	0,001	0,000	0,000	2,220
2015	0,431	2,580	0,000	0,108	0,000	0,007	0,110
2016	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
2017	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo Acadêmico

Dentre os 7 setores analisados, o Brasil apresentou um grau de concentração maior em combustíveis e lubrificantes processados, obteve índices VCRs bem superiores em comparação com Angola, refletindo uma maior vantagem comparativa revelada. Outro setor foi de alimentos e bebidas representando índices elevados na maior parte do período analisado, constatou-se desvantagem no primeiro ano, os anos subsequentes foram marcados por valores altos, entretanto, houve uma tendência decrescente nos anos 2015, 2016 e 2017. Este setor desfruta de uma maior competitividade no mercado angolano, indicando ainda que o setor possui um elevado espaço na pauta das exportações brasileiras, pelo fato de Angola ser um consumidor potencial, isso eleva as chances de vantagem para o Brasil na comercialização.

Quanto aos outros setores, possuem índices consideráveis estáveis, com variações médias entre 0 e 1.

O setor de fornecimentos industriais, evidenciaram valores altos nos primeiros dois anos, pois houve uma pequena queda no ano de 2012, nos dois anos seguintes os valores apresentaram uma variação positiva, voltando a registrar

variações negativas nos três últimos anos. Com relação aos combustíveis e lubrificantes primários, este bem apresentou desvantagem em parte durante o período, com quedas nos últimos dois anos.

O grupo de equipamentos de transporte, apresentou vantagem comparativa, verifica-se que houve uma tendência crescente ao longo do período, com uma máxima em 2013 (3,213), contudo observa-se grandes variações negativas também nos últimos três anos. O aumento de 2013, deve-se ao volume crescente das exportações do Brasil neste segmento. O setor de bens de capital, apresentou oscilações sendo que no início indicou tendência crescente e no final decaiu. Para o setor de bens de consumo, seus índices apresentaram fortes variações positivas e negativas, não chegando atingir a condição de vantagem ou um valor maior ou igual a 1. A tabela 6 apresenta os índices Brasileiros.

Tabela 6- Índice de Vantagem Comparativa Revelada- Brasil

Anos	Fornecimentos Industriais	Combustíveis e Lubrificantes Primários	Combustíveis e lubrificantes processados	Alimentos e Bebidas	Equipamentos de transportes	Bens de consumo	Bens de capital
<b>2010</b>	1,122	0,906	4,455	0,823	0,465	0,461	2,495
<b>2011</b>	1,033	1,745	9,548	1,168	0,553	0,653	1,205
<b>2012</b>	0,890	1,339	6,244	1,082	1,120	0,725	1,217
<b>2013</b>	1,009	1,915	5,180	1,172	3,213	0,001	0,867
<b>2014</b>	1,024	0,174	5,078	1,386	2,413	0,719	0,991
<b>2015</b>	0,962	1,547	7,225	0,786	0,407	0,447	0,620
<b>2016</b>	0,638	0,604	5,161	0,771	0,061	0,259	0,310
<b>2017</b>	0,483	0,219	2,559	0,934	0,104	0,501	0,421

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo Acadêmico

De forma geral, o Brasil apresentou competitividade em relação ao parceiro comercial, em termos de valores, suas exportações se apresentaram com vantagem comparativa revelada significativa, motivadas por um grande volume de importação de bens com alto valor agregado por parte de Angola.

Entretanto, o país africano conseguiu ser competitivo apenas em combustíveis e Lubrificantes primários. Portanto, para manter-se competitivo em outros bens, onde os valores de vantagem comparativa revelada apresentaram-se razoáveis, terá que diversificar seu mercado, investir em tecnologias, incentivar a industrialização e se consolidar.

Em síntese, todas as variáveis analisadas tiveram quedas consideráveis grandes e com tendência a zero no período pós 2014, motivados pela crise político-econômica que impactou negativamente o fluxo comercial entre ambos países.

## 5 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa foi abordado sobre as relações comerciais entre Brasil e Angola, bem como foram analisados os principais setores de exportação por meio do IVCR de Balassa (1989), entre os anos de 2010/2017, para identificar se ambos possuem vantagem comparativa revelada. O índice de vantagem comparativa revelada, torna-se necessário, pois fornece uma contribuição para que os países possam verificar, manter ou ampliar sua participação no mercado.

O fluxo de comércio entre Brasil e Angola apresentou um forte dinamismo, com elevadas exportações durante o período de 2010/2017. As relações comerciais entre ambos ainda possuíram limitações pois exportam basicamente produtos concentrados no setor de combustíveis e lubrificantes.

O resultado do IVCR, evidenciou resultados consideráveis nos setores selecionados. O IVCR do Brasil, demonstrou que o país tem competitividade, e eficiência na produção e exportação de cinco setores para Angola. Em contrapartida, Angola se mostrou menos competitivo, ou seja, os setores angolanos apresentaram desvantagem, exceto pontualmente, o setor de combustíveis e lubrificantes primários, com um índice acima de 1 em alguns anos (2013, 2014, 2015).

Portanto, partindo do pressuposto de que os setores analisados se constituem pelos produtos mais relevantes das exportações neste período, os resultados obtidos na análise demonstraram que Angola se caracteriza como um dos parceiros comerciais do Brasil e que as vantagens comparativas se baseiam de um sobre o outro. Como evidenciado na teoria do comércio internacional da vantagem comparativa desenvolvida por Ricardo (1776) o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias, mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros. Ou ainda como expõe a teoria de Hecksher-Ollin (1919/33) que uma visão realista das trocas permite notarmos a importância não apenas da mão-de-obra, mas de outros fatores de produção, como terra, capital e recursos minerais.

Algumas questões relevantes afetaram na determinação em parte dos resultados de alguns bens: Como a falta de dados referente as exportações de Angola em alguns anos durante o período analisado.

Pela análise ser de forma agregada, são desconhecidos os produtos que apresentam uma grande representatividade na pauta das exportações, ou seja, são desconhecidos os bens específicos que contribuem com maior vantagem revelada nos setores selecionados. Entretanto os resultados e as análises se limitaram, pois só se considerou 7 dos diversos setores.

Com isso sugere-se a continuação de pesquisas para ampliar os assuntos que não foram abordados aqui, contemplando estes setores, outros setores ou especificamente outros produtos, para expandir ou contribuir com a pesquisa em vantagem comparativa revelada entre Brasil e Angola ou entre Angola e outros países.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Margarida Maria de. **Introdução a Metodologia do Trabalho Científico**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APPLEYARD, Dennis R., et al. **Economia Internacional** - 6. Ed. New York: AMGH Editora, 2010.

APEXBRASIL. **ANGOLA: Perfil e Oportunidades Comerciais**. 2013. Disponível em:  
<[https://www.franchisingbrasil.com/wpcontent/uploads/2013/08/PERFIL\\_ANGOLA.pdf](https://www.franchisingbrasil.com/wpcontent/uploads/2013/08/PERFIL_ANGOLA.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2018.

BAUMANN Renato et al. **Economia Internacional**. Ed. Campus, 2015.

BALASSA, B.; NOLAND, M. "Revealed Comparative Advantage in Japan and the United States. *Journal of International Economic*, v. 4, n.2, p. 8-22, 1989.

BOAVENTURA, Edivaldo, M. **Metodologia da pesquisa**. 1edição. Ed. Atlas, 2004.

BENDER, Siegfried. Conflitos e convergências na ALCA numa perspectiva de vantagens comparativas reveladas de países das Américas. **Economia Aplicada**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.1-2, mar. 2006. FapUNIFESP (SciELO).  
<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-80502006000100007>. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502006000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CAVES E. Richard et al. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

COUTINHO, Maurício C. (1993) Lições de Economia Política Clássica. Editora Hucitec/Editora da UNICAMP, Campinas, São Paulo.

CORRÊA, André Rodrigues; CASTRO, Douglas de. Transnacionalismo e Paradiplomacia nas relações econômicas Brasil - Angola: o caso da construção de Capanda pela Construtora Odebrecht. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, p.274-301, 16 jul. 2016. <https://seer.ufrgs.br/austral>.

COUTINHO, Eduardo Senra et al. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **REGE Revista de Gestão**, v. 12, n. 4, p. 101-113, 2005.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **As relações Económicas Brasil – Angola 1975-1988: um estudo de caso sobre as relações sul-sul**. 1991. 29 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1991. Cap. 3.

COMTRADE. **Banco de Dados de Estatísticas do Comércio de Commodities das Nações Unidas**. 2018. Disponível em:

<<https://comtrade.un.org/db/default.aspx>>. Acesso em: 19 out. 2018.

DO NASCIMENTO CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne; DE CERQUEIRA GUEDES, Juliana Freitas. CÁLCULO DO ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA PARA A EXPORTAÇÃO DA SOJA EM GRÃOS DO ESTADO DA BAHIA DE 2004 A 2014.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Cooperação para investimentos entre Brasil e Angola vai a Plenário**. 2016. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/518628-COOPERACAO-PARA-INVESTIMENTOS-ENTRE-BRASIL-E-ANGOLA-VAI-A-PLENARIO.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

FILHO, Francisco de Magalhães. **História Econômica**. 1 Ed. Cidade: São Paulo 1975.

GONTIJO, Cláudio. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3, p. 413-430, 2007.

GROSSE, Robert; BEHRMAN, Jack N. Theory in international business. **Transnational Corporations**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.93-126, Jan. 1992.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em ciencias sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HUNT E. K. **História do Pensamento Econômico**. Ed. Campus, 1981.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2005.

HOLLAND, Márcio et al. Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente. **Encontro Nacional de Economia**, v. 32, 2004.

JOVETA, José. A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais Com o Brasil. 2011.

KRUGMAN, Paul et al. **Economia internacional**. Pearson education, 2001.

KUME, Honório; PIANI, Guida. ALCA: uma estimativa do impacto no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos. 2004.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

MAIA, Larrisa Martins. **Economia Internacional**. 2014. Disponível em: <<https://sisacad.educacao.pe.gov.br/bibliotecavirtual/bibliotecavirtual/texto/Cadernod eLogsticaEconomiaInternacionalRDDI.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MAYA Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. Ed. Atlas, 1997.

MARCONI, Andrade Marina de; LAKATOS, Maria Eva. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHEL, Helena Maria. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAIA, Sinésio Fernandes. Impactos da abertura econômica sobre as exportações agrícolas brasileiras: análise comparativa. In: **XL Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo: SOBER, Anais**. 2002. p. 1-20.

MDIC.GOV. **Acordo é o segundo assinado pelo Brasil esta semana**. 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/noticias/109-comercio-exterior/1404-brasil-e-angola-assinam-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi>>. Acesso em: 19 out. 2018.

MDIC. **Balança Comercial Brasileira Países e Blocos**. 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em: 19 out. 2018.

NONNENBERG, Marcelo JB. Vantagens comparativas reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultados para o Brasil: 1980/88. 1991.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Uratágua**, Paraná, p.2-3, 2007. Quadrimestral. [Http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.htm](http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.htm).

PORTER, M. **Vantagem Competitiva das Nações**. Ed. Campus, 1993.

PORTER, M. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. Ed. Campus, 1999.

PRASAD B. S. **Administração de Empresas Multinacionais**. Ed. Atlas, 1977.

PINHEIRO, Roberto Meireles; CASTRI, Guilherme Caldas de; SILVA, Helder Haddad; NUNES, José Mauro Gonçalves. **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS. Sapucaia do Sul, RS: Notadez, 2001-. Trimestral; Índice acumulado.

RUDIO Franz V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. Ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

RICARDO, David; DE ECONOMIA POLÍTICA, Princípios. Tributação. **Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural**, 1982.

RICARDO, David. (1996) Princípios de economia política e tributação. 1817.

SMITH, Adam. Coleção os Economistas. **São Paulo: Nova Cultural**, p. 406, 1996.

SAENZ W. Tirso. et al. **Ciência, inovação e gestão tecnológica**. Ed. IEL, 2002.

SANTOS, Raimundo A. **Metodologia científica e a construção do conhecimento**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Economia Básica**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Armindo. A indústria transformadora portuguesa e a adesão à CEE: um estudo das vantagens comparativas reveladas. **Estudos de Economia**, v. 2, n. 1, p. 61-98, 1981.

TAKAR, Téo. Se Brasil é autossuficiente em petróleo porque importa tanto combustível? Se Brasil é autossuficiente em petróleo porque importa tanto combustível? **Economia**. São Paulo, p. 1-1. 28 maio 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/05/28/preco-gasolina-cara-petrobras-autossuficiencia-petroleo.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WAQUIL, Paulo D. et al. VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS E ORIENTAÇÃO REGIONAL DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS PARA A UNIÃO EUROPÉIA. **Revista de economia e agronegócio**, v. 2, n. 2, 2004

ZANI, Alexandre Patera. As relações comerciais entre Brasil–Angola–África do Sul face ao processo da integração da SADC e na CEEAC. **África**, n. 24-26, p. 402-402, 2009.

## APÊNDICES

## ANEXOS

Tabela: 1- Intercambio comercial Brasil-Angola

NOS	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES			SAL DO
	Valor	ar.%	art. %no total	Valor	ar%	art.% no total	
2010	944.349.251,00	28,9%	3%	494.454.461,00	59,5%	6%	449.894.790,00
2011	1.072.553.838,00	3,6%	4%	438.209.421,00	11,4%	4%	634.344.417,00
2012	1.143.041.491,00	,5%	5%	45.921.774,00	89,5%	%	1.097.119.717,00
2013	1.270.896.529,00	1,2%	7%	726.835.843,00	482,8%	3%	544.060.686,00
2014	1.261.603.886,00	0,7%	7%	1.109.815.831,00	2,7%	5%	151.788.055,00
2015	645.230.155,00	48,9%	%	31.847.776,00	7,1%	%	613.382.379,00
2016	539.731.115,00	16,4%	%	71.965.939,00	26,0%	%	467.765.176,00
2017	670.449.108,00	4,2%	%	265.736.825,00	69,3%	%	404.712.283,00
Total	7.547.855.373,00		00%	3.184.787.870,00		00%	4.363.067.503,00

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico.

Tabela 2- Produtos brasileiros exportados de Angola por categorias econômicas amplas 2010-2013

Codigo	Descrição dos produtos	Anos/ Valor de negociação			
		2010	2011	2012	2013
1	Alimentos e Bebidas	\$ 451.699.888,00	\$ 632.194.889,00	\$ 656.672.546,00	\$ 680.823.183,00
2	Fornecimentos	\$ 146.790.563,00	\$ 139.760.892,00	\$ 140.554.900,00	\$ 154.971.854,00
3	Combustíveis e Lubrificantes	\$ 656.946,00	\$ 1.265.054,00	\$ 1.209.640,00	\$ 1.103.615,00
4	Bens de Capital(excepto equipamento de transporte) e suas partes e acessórios	\$ 217.203.821,00	\$ 145.024.731,00	\$ 132.897.033,00	\$ 135.689.865,00
5	Equipamentos de transportes , suas partes e acessórios	30,161,473	36,875,704	81,114,814	166,611,495
6	Bens de consumo não especificados	\$100,041,350	\$117,476,715	\$130,458,878	\$130,508,923
7	Mercadorias	\$565,202	\$938,770	\$1,634,247	\$1,536,193
11	Alimentos e bebidas primarias	\$17,840,296	\$16,610,511	\$23,537,709	\$7,767,911
12	Alimentos e bebidas processados	\$433,859,592	\$615,584,378	\$633,134,837	\$673,055,272
21	Fornecimentos industriais não especificados anteriormente	\$16,292,901	\$19,614,708	\$17,688,424	\$20,519,045
22	Fornecimentos industriais não especificados anteriormente transformados	\$130,497,662	\$120,146,184	\$122,866,476	\$134,452,809
31	Combustíveis e Lubrificantes Primarios	\$ -	\$ -	\$ -	\$1,726
32	Combustíveis e lubrificantes transformados	\$656,946	\$1,265,054	\$1,209,640	\$1,101,889
41	Bens de capital(excepto equipamento de transporte)	\$158,528,883	\$97,960,571	\$103,451,745	\$100,573,327
42	Partes e acessórios de bens de equipamentos(excepto equipamento de transporte)	\$58,674,938	\$47,064,160	\$29,445,288	\$35,116,538
52	Equipamento de transporte, outros	\$21,692,748	\$24,403,961	\$56,105,332	\$148,153,562
53	Partes e acessórios de equipamentos de transporte	\$8,390,725	\$12,382,658	\$25,009,482	\$18,457,933
61	Bens de consumo não duráveis	\$52,539,869	\$51,537,837	\$55,970,060	\$38,033,842
62	Bens de consumo não duráveis, semi-duráveis	\$32,903,630	\$45,279,966	\$48,880,303	\$69,156,972
63	Bens de consumo não fabricáveis, não duradouros	\$14,597,851	\$20,658,912	\$25,608,515	\$23,318,109
111	Comidas e bebidas primarias principalmente para industria	\$307,557	\$1,380,602	\$3,656,000	\$133,014
112	Alimentos e bebidas para uso primario, principalmente para consumo domiciliar	\$17,532,739	\$15,229,909	\$19,881,709	\$7,634,897
121	Alimentos e bebidas processados, principalmente para industria	\$25,533,619	\$47,025,611	\$37,519,390	\$38,774,699
122	Alimentos e bebidas processados, principalmente para consumo domiciliar	\$408,325,973	\$568,558,767	\$595,615,447	\$634,280,573
322	Combustíveis e lubrificantes processados(excepto a aguardente de motores)	\$4,775	\$102,343	\$105,875	\$123,247
521	Equipamento de transporte, outro industrial	\$20,501,166	\$24,363,269	\$56,030,475	\$148,029,421
522	Equipamento de transporte não-industrial	\$1,191,582	\$40,692	\$74,857	\$124,141

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico.

Tabela 3- Produtos brasileiros exportados de Angola por categorias econômicas amplas 2014-2017

Codigo	Descrição dos produtos	Anos/ Valor de negociação			
		2014	2015	2016	2017
1	Alimentos e Bebidas	\$ 750.753.980,00	\$ 366.177.669,00	\$ 383.327.797,00	\$ 502.434.073,00
2	Fornecimentos	\$ 159.781.640,00	\$ 142.877.707,00	\$ 82.893.932,00	\$ 76.883.049,00
3	Combustíveis e Lubrificantes	\$ 1.264.320,00	\$ 810.671,00	\$ 270.794,00	\$ 162.124,00
4	Bens de Capital(excepto equipamento de transporte) e suas partes e acessórios	\$ 96.088.703,00	\$ 50.788.648,00	\$ 44.074.854,00	\$ 42.935.966,00
5	Equipamentos de transportes , suas partes e acessórios	115,154,048	23,822,738	8,691,952	17,268,298
6	Bens de consumo não especificados	\$136,588,949	\$62,427,496	\$19,941,745	\$30,098,724
7	Mercadorias nes	\$2,087,093	\$1,081,658	\$529,854	\$798,291
11	Alimentos e bebidas primárias	\$3,179,249	\$635,571	\$1,744,633	\$823,032
12	Alimentos e bebidas processados	\$747,574,731	\$365,542,098	\$381,583,164	\$501,614,041
21	Fornecimentos industriais não especificados anteriormente	\$20,221,618	\$20,734,045	\$6,528,742	\$12,688,306
22	Fornecimentos industriais não especificados anteriormente transformados	\$139,560,022	\$122,143,662	\$76,365,190	\$64,194,743
31	Combustíveis e Lubrificantes Primarios	\$232,943	\$32	\$ -	\$ -
32	Combustíveis e lubrificantes transformados	\$1,031,377	\$ -	\$ -	\$ -
41	Bens de capital(excepto equipamento de transporte)	\$75,105,966	\$39,502,133	\$22,980,855	\$28,086,580
42	Partes e acessórios de bens de equipamentos(excepto equipamento de transporte)	\$20,982,737	\$11,286,515	\$21,093,999	\$14,849,386
52	Equipamento de transporte, outros	\$90,060,878	\$16,988,913	\$3,036,766	\$5,175,880
53	Partes e acessórios de equipamentos de transporte	\$22,905,856	\$6,788,825	\$5,617,061	\$12,092,418
61	Bens de consumo não duráveis	\$40,343,940	\$8,401,318	\$4,112,116	\$4,798,308
62	Bens de consumo não duráveis, semi-duráveis	\$71,569,056	\$40,690,383	\$8,711,328	\$11,336,077
63	Bens de consumo não fabricáveis, não duradouros	\$24,675,953	\$13,335,795	\$7,118,301	\$13,964,339
111	Comidas e bebidas primárias principalmente para indústria	\$529,553	\$25,683	\$1,368,017	\$380,936
112	Alimentos e bebidas para uso primario, principalmente para consumo domiciliar	\$2,649,696	\$609,888	\$376,616	\$442,096
121	Alimentos e bebidas processados, principalmente para indústria	\$49,208,499	\$35,896,016	\$35,674,166	\$53,314,831
122	Alimentos e bebidas processados, principalmente para consumo domiciliar	\$698,366,232	\$329,646,082	\$345,908,998	\$448,293,230
322	Combustíveis e lubrificantes processados(excepto a aguardente de motores)	\$107,545	\$49,476	\$20,618	\$33,582
521	Equipamento de transporte, outro industrial	\$89,931,614	\$16,981,951	\$2,932,521	\$5,105,090
522	Equipamento de transporte não-industrial	\$129,264	\$6,962	\$104,245	\$70,790

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico

Tabela 4- Produtos brasileiros Importados para Angola por categorias econômicas amplas 2010-2013

CODIGO	Descrição dos produtos	Anos/ Valor de negociação			
		2010	2011	2012	2013
1	Alimentos e Bebidas	\$1,965,916	\$ -	\$ -	\$ -
2	Fornecimentos Industriais não Especificados	\$136,613	\$7,561	\$99,482	\$1,576
3	Combustíveis e Lubrificantes	\$492,341,130	\$437,998,823	\$45,755,310	\$726,789,981
4	Bens de Capital(excepto equipamento de transporte) e suas partes e acessórios	\$502	\$70,231	\$66,372	\$44,158
5	Equipamentos de transportes , suas partes e acessórios	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
6	Bens de consumo não especificados	\$10,300	\$2,063	\$610	\$128
7	Mercadorias nes	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
11	Alimentos e bebidas primarias	\$1,965,916	\$ -	\$ -	\$ -
21	Fornecimentos Industriais não especificados	\$130,923	\$ -	\$ -	\$ -
22	Fornecimentos industriais não especificados anteriorm	\$5,690	\$7,561	\$99,482	\$1,576
31	Combustíveis e Lubrificantes Primarios	\$364,390,287	\$301,842,325	\$ -	\$614,960,840
32	Combustíveis e lubrificantes transformados	\$127,950,843	\$136,156,498	\$45,755,310	\$111,829,141
41	Bens de capital(excepto equipamento de transporte)	\$502	\$16,960	\$20,715	\$ -
42	Partes e acessórios de bens de equipamentos(excepto equipamento de transporte)	\$ -	\$53,271	\$45,657	\$44,158
53	Partes e acessórios de equipamentos de transporte	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
61	Bens de consumo não duráveis	\$ -	\$ -	\$ -	\$128
62	Bens de consumo não duráveis, semi-duráveis	\$ -	\$150	\$610	\$ -
63	Bens de consumo não fabricáveis, não duradouros	\$10,300	\$1,913	\$ -	\$ -
111	Comidas e bebidas primarias principalmente para industria	\$1,965,916	\$ -	\$ -	\$ -
322	Combustíveis e lubrificantes processados(excepto a aguardente de motores)	\$127,950,843	\$136,156,498	\$45,755,310	\$111,829,141

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico

Tabela 5- Produtos brasileiros Importados para Angola por categorias econômicas amplas 2014-2017

CODIGO	Descrição dos produtos	Anos/ Valor de negociação			
		2014	2015	2016	2017
1	Alimentos e Bebidas	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
2	Fornecimentos Industriais não Especificados	\$219	\$28,368	\$26,424	\$191,875
3	Combustíveis e Lubrificantes	\$1,109,815,612	\$31,718,545	\$70,052,127	\$265,538,344
4	Bens de Capital(excepto equipamento de transporte) e suas partes e acessórios	\$ -	\$69,149	\$2,826	\$ -
5	Equipamentos de transportes , suas partes e acessórios	\$ -	\$ -	\$1,874,667	\$ -
6	Bens de consumo não especificados		\$31,714	\$9,894	\$6,606
7	Mercadorias nes	\$ -	\$ -		\$171,773,170
11	Alimentos e bebidas primarias	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
21	Fornecimentos Industriais não especificados	\$ -	\$20,240	\$6,210	\$191,875
22	Fornecimentos industriais não especificados anteriorme	\$219	\$8,128	\$20,214	\$ -
31	Combustíveis e Lubrificantes Primarios	\$1,038,249,749	\$ -	\$ -	\$ -
32	Combustíveis e lubrificantes transformados	\$71,565,863	\$31,718,545	\$70,052,127	\$265,538,344
41	Bens de capital(excepto equipamento de transporte)	\$ -	\$45,596	\$2,620	\$ -
42	Partes e acessórios de bens de equipamentos(excepto equipamento de transporte)	\$ -	\$23,553	\$206	\$ -
53	Partes e acessórios de equipamentos de transporte	\$ -	\$ -	\$1,874,667	\$ -
61	Bens de consumo não duraveis	\$ -	\$ -	\$1,835	\$ -
62	Bens de consumo não duraveis, semi-duraveis	\$ -	\$ -	\$6,946	\$ -
63	Bens de consumo não fabricaveis, não duradouros	\$ -	\$31,714	\$1,113	\$6,606
111	Comidas e bebidas primarias principalmente para industria	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
322	Combustíveis e lubrificantes processados(excepto a aguardente de motores)	\$71,565,863	\$ -	\$5,707,785	\$93,765,174

Fonte: COMTRADE (2018). Elaborado pelo acadêmico